

REVISTA DA  
**Pós-graduação**  
**UniFCV**

Centro Universitário Cidade Verde

Revista da Pós-Graduação Vol.6 N° 1 (2020)  
ISSN 2448-4067

## APRESENTAÇÃO

A **Revista da Pós-Graduação da Faculdade Cidade Verde** – ISSN 2448-4067 – é um periódico eletrônico semestral de acesso aberto e gratuito que se destina a promover a difusão e a divulgação do conhecimento a partir da publicação de resultados de **pesquisas, experiências, estudos e discussões** realizados por discentes e docentes vinculados à Cursos e Programas de Graduação e Pós-Graduação, presencial e EAD, de forma ampla e em diálogo com as diversas áreas do saber.

A **Revista da Pós-Graduação da Faculdade Cidade Verde** não cobra taxas de editoração, submissão e/ou publicação dos(as) autores(as) e utiliza o *Open Journal Systems (OJS)*, plataforma de código livre gratuito, para a administração e a publicação dos artigos aprovados pela Comissão Editorial.

## EXPEDIENTE

### Reitoria

José Carlos Barbieri

### Vice-Reitoria

Hamilton Luiz Favero

### Pró-Reitoria Acadêmica

Margareth Soares Galvão

### Diretoria de Operações Comerciais

José Plínio Vicentini

### Diretoria de Graduação

Alex Cordeiro Alves da Silva

### Diretoria de Pós-Graduação, Pesquisa e

### Extensão

Marcela Bortotti Favero

### Diretoria de Registro Acadêmico e

### Regulação

Lincoln Villas Bôas Macena

### Diretoria de Operações EAD

Cleber Semensate

### Editor Responsável

Oyama Braga Martins Netto

### Corpo Científico

André Dias Martins

Bruna Solera

Elaine Rodrigues

Elizabeth Canaver Marques

Lais Ferrer Amorim Oliveira

Magda Maria Fernandes

Michelle Aparecida dos Santos

Neori Tamanini

Priscila Kutne Armelin

Renata Oliveira dos Santos

Glória Maria Alavarse

Élida Nogueira Zarpellon

## ARTES DE CAPA E CONCEITO

ACEE - Assessoria de Comunicação Endomarketing e Eventos

Centro Universitário Cidade Verde

Amanda Cristina Vieira Machado - **Gerente**

Daiany Parpinelli Rico - **Analista de Design Gráfico**

REVISTA DA PÓS-GRADUAÇÃO – CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE VERDE

Endereço para correspondência:

Avenida Horácio Raccanello Filho, 5950 – Zona 07, Maringá – PR

revistasunifcv@unifcv.edu.br

## SUMÁRIO

<b>EDITORIAL</b>	<b>4</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO E INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO NO ENSINO REGULAR</b> Patrícia Aline B. B. Titato; Fabiane F. Guimarães	<b>6</b>
<b>INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA E A RELAÇÃO COM OS ÍNDICES DE INFLAÇÃO</b> Reginaldo Gomes Valentin; Antonio Carlos Lázaro Sanches	<b>18</b>
<b>A IMPORTÂNCIA DO TEATRO EM SALA DE AULA</b> Rebecca Tavares N. Abreu; Daniella Domingues A. Marques	<b>30</b>
<b>DA FILIAÇÃO E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES</b> Jose Carlos Monteiro; Josyane Mansano	<b>42</b>
<b>EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO NO CAMPO</b> Alessandra Lima Amma; Andre Dias Martins	<b>63</b>

## EDITORIAL

Sejam bem vindos(as) à Revista da Pós-Graduação que completa, com este número, mais um ano de presença entre as publicações científicas eletrônicas cumprindo seu importante papel na articulação entre pesquisa, ensino e extensão bem como instrumento de difusão e divulgação de trabalhos e pesquisas científicas desenvolvidas por discentes e docentes no âmbito dos cursos de Pós-Graduação do Centro Universitário Cidade Verde.

Decorreu muito tempo desde a última publicação da Revista da Pós-Graduação, em 2019. Com a excepcionalidade corrente da pandemia de SARS-CoV-2 e todos os percalços e mudanças a que enfrentamos desde meados de fevereiro/março de 2020, levaram o UniFCV a se concentrar no manejo das mais diversas situações, demandas e condições, o que infligiu um grande atraso nos editais, nos processos de submissão e conseqüentemente, nas publicações referentes ao ano de 2020.

No início de 2021, a Revista da Pós-Graduação retomou a sua missão impulsionada por uma chamada extraordinária (Edital nº003/2021- DPG) para recepção de trabalhos científicos originais a serem publicados nas edições de 2020. Renovamos nosso corpo editorial e reiniciamos os processos de submissão, avaliação e editoração e temos procurado melhorar continuamente a apresentação e qualidade dos artigos que chegam às mãos de nosso leitor, com a significativa e importante contribuição de todos aqueles(as) que dedicam parte de seu valioso tempo às atividades da Revista, desde os avaliadores até a equipe de comunicação, endomarketing e eventos da instituição. À todas e a todos, agradecemos de coração.

Neste primeiro número do sexto volume de sua história, a Revista da Pós-Graduação apresenta à comunidade acadêmica e à sociedade cinco artigos, de estudantes e professores vinculados aos cursos de Pós-Graduação do UniFCV, que se desafiaram e se dispuseram a registrar o seu fazer e compartilhar suas descobertas.

O primeiro artigo, intitulado **IDENTIFICAÇÃO E INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO NO ENSINO REGULAR** de Patrícia Aline Barbosa Borges Titato e Fabiane Fantacholi Guimarães, apresenta o resultado de um estudo de revisão bibliográfica sobre a identificação e inclusão de alunos com altas habilidades e superdotação no ensino regular. Uma leitura rica que presenteia o leitor com discussões muito embasadas sobre as diversidades do fenômeno analisado e os desafios que devem estar no radar de todos os envolvidos com a educação de crianças com altas habilidades e superdotação no ensino regular escolar.

O segundo artigo, intitulado **INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA E A RELAÇÃO COM OS ÍNDICES DE INFLAÇÃO** escrito por Reginaldo Gomes Valentin e

Antonio Carlos Lázaro Sanches, apresenta e discute os aspectos inerentes dos ativos de renda fixa com a inflação por meio dos resultados de uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter exploratório com análise de dados coletados em relatórios da AMBIMA e do BACEN. Uma leitura interessante para aqueles que buscam entender sobre aplicação de recursos financeiros em um cenário de alta volatilidade de preços ou sobre a lógica existente na formação de poupança e aplicações de recursos financeiros.

No terceiro artigo deste número, intitulado **A IMPORTÂNCIA DO TEATRO EM SALA DE AULA**, Rebecca Tavares Nishimura Abreu e Daniella Domingues Alvarenga Marques apresentam um estudo de revisão bibliográfica que discute e evidencia o teatro como ferramenta prática e recurso pedagógico para o desenvolvimento cultural, social e intelectual da criança. Uma leitura instigante que perpassa sobre as origens do teatro, sua importância e benefícios na prática pedagógica e os revéses para os educadores.

No quarto artigo, intitulado **DA FILIAÇÃO E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES**, José Carlos Monteiro de Josyane Mansano apresentam as últimas mudanças no direito civil e os diversos conceitos e discussões sobre parentalidade, tipos de filiações e as novas configurações familiares que surgiram depois da Constituição Federal de 1988. Em extenso estudo que avança pelas múltiplas terminologias e sua usabilidade e compreensão para o direito civil de um debate considerado polêmico na atualidade, mas que tem se amoldado ao ritmo da sociedade, vencendo o preconceito e ganhado grande repercussão no cerne das discussões jurídicas.

O quinto e último artigo deste número, intitulado **EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO NO CAMPO**, escrito por Alessandra Lima Amma e André Dias Martins, discute sobre a educação especial na perspectiva da inclusão em sua transversalidade com a educação do campo por meio de uma revisão bibliográfica. Uma estimulante leitura para aqueles que buscam por uma educação e um ambiente escolar mais íntegro, equitativo e emancipatório na formação de pessoas comprometidas com a educação e com a sociedade, ainda que se pesem quaisquer barreiras e/ou dificuldades.

Espera-se que a confiança depositada na Revista da Pós-Graduação, ano a ano, e agora nesta nova edição como um meio eficiente para a socialização e divulgação desses resultados de pesquisa, se renove continuamente, oportunizando uma maior visibilidade aos estudos e à produção acadêmica no âmbito dos cursos de Centro Universitário Cidade Verde.

Boa leitura!

Oyama Braga Martins Netto  
**Coordenação Editorial**

## IDENTIFICAÇÃO E INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO NO ENSINO REGULAR

Patrícia Aline Barbosa Borges Titato <sup>1</sup>

Fabiane Fantacholi Guimarães <sup>2</sup>

### RESUMO

É possível observar o crescente interesse na atualidade sobre a inclusão de alunos com altas habilidades e superdotação em escolas regulares. Estes educandos apresentam características que os fazem se destacar em relação ao desempenho em algumas atividades realizadas. Todavia, a falta de diagnóstico pode gerar muitos conflitos no ambiente escolar, bem como, desmotivar estes discentes por não receberem os estímulos necessários para o seu desenvolvimento, podendo suscitar ao abandono dos estudos. Assim, na busca do desenvolvimento em sua integralidade, é indispensável um atendimento educacional especializado garantindo a assistência necessária e o encaminhamento para utilizar recursos e métodos que contemplem as áreas a serem desenvolvidas. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar a importância da identificação de alunos com altas habilidades e superdotação no ensino regular, procurando contemplar suas necessidades e desenvolver suas habilidades de forma que possam se sentir pertencente ao meio escolar. Identificando as características que possam evidenciar algum vestígio de altas habilidades e superdotação, e assim, conhecer as possíveis ferramentas metodológicas disponíveis para o desenvolvimento destas habilidades, bem como, a capacitação dos professores para identificarem e utilizarem metodologias de ensino que contemplem as necessidades destes educandos. Sendo necessária para isto, inicialmente uma coleta de dados, para a realização da pesquisa exploratória baseada em revisão bibliográfica sobre o tema. Após este levantamento concluiu-se que para a inclusão de alunos com altas habilidades e superdotação é necessário detectar as características que distinguem estes educandos dos demais, através da capacitação dos educadores para que possam reconhecer e encaminhá-los na busca do diagnóstico correto, possibilitando através da utilização de metodologias adequadas desenvolver as potencialidades e motivar estes educandos, buscando amenizar os possíveis problemas que podem ser ocasionados através da falta de assistência correta para estes alunos.

**Palavras-chave:** inclusão escolar, potencialidades, talento, precocidade.

---

<sup>1</sup>Pós-graduanda em Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades, pela UniFCV/EaD; Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional – Uninter.

<sup>2</sup>Professora Orientadora da Pós-Graduação na área da Educação da UniFCV/EaD. Graduada em Licenciatura e Bacharelado em Pedagogia (2009), Especialização em Psicopedagogia Institucional (2010), Educação Especial (2012), EAD e as Tecnologias Educacionais (2014), Docência no Ensino Superior (2017) e Tecnologias Aplicadas ao Ensino A Distância (2021). Mestrado em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias (Universidade Norte do Paraná-Londrina - 2019). Integrante dos Projetos de Pesquisa: Estudo do perfil das brinquedotecas em centros municipais de educação infantil brasileiros e Jogos e tecnologias no processo de ensino e aprendizagem (UNOPAR - atualmente).

## ABSTRACT

It is possible to observe the growing interest nowadays about the inclusion of students with high skills and giftedness in regular schools. These students have characteristics that make them stand out in relation to performance in some activities performed. However, the lack of diagnosis can generate many conflicts in the school environment, as well as, discourage these students by not receiving the necessary stimuli for their development, which can lead to abandonment of studies. Thus, in the pursuit of development in its entirety, specialized educational assistance is essential, guaranteeing the necessary assistance and referral to use resources and methods that address the areas to be developed. In this context, the objective of this work is to analyze the importance of identifying students with high skills and giftedness in regular education, seeking to contemplate their needs and develop their skills so that they can feel belonging to the school environment. Identifying the characteristics that may show some trace of high skills and giftedness, and thus, know the possible methodological tools available for the development of these skills, as well as the training of teachers to identify and use teaching methodologies that address the needs of these students. For this to be necessary, initially a data collection, to carry out exploratory research based on bibliographic review on the topic. After this survey it was concluded that for the inclusion of students with high skills and giftedness it is necessary to detect the characteristics that distinguish these students from the others, through the training of educators so that they can recognize and guide them in the search for the correct diagnosis, making it possible through using appropriate methodologies to develop the potential and motivate these students, seeking to alleviate the possible problems that can be caused by the lack of correct assistance for these students.

**Keywords:** school inclusion, potential, talent, precocity.

## 1 INTRODUÇÃO

A inclusão educacional de alunos com altas habilidades e superdotação é um dos temas de grande interesse na atualidade, necessitando da busca constante de conhecimento por parte dos envolvidos no processo educativo. Estes educandos detêm alto grau de potencialidades e habilidades, se destacando com relação ao seu desempenho em algumas atividades, no entanto, a maioria da população não é diagnosticada e passa por sua vida escolar e acadêmica sem conhecer e desenvolver seus talentos.

Neste contexto, como a identificação destes discentes não acontece, muitos conflitos podem aparecer no ambiente escolar, pois estes não compreendem suas diversidades em relação aos outros alunos, podendo assim, se desmotivar e até abandonar os estudos por não receberem os estímulos e a motivação, necessários para o seu desenvolvimento.

A identificação destes educandos se faz necessário, uma vez que apresentam comportamentos e necessidades específicas que demandam de um atendimento educacional

especializado, buscando deste modo garantir a assistência necessária e o encaminhamento para que a escola possa utilizar recursos e métodos que contemplem as áreas a serem desenvolvidas, proporcionando também um trabalho conjunto com a família através da orientação, buscando o desenvolvimento do ser humano em sua integralidade.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo: elaborar uma revisão bibliográfica sobre a importância da identificação de alunos com altas habilidades e superdotação no ensino regular. Na busca de respostas para este objetivo geral, elaboraram-se os seguintes objetivos específicos: identificar as características que possam evidenciar algum vestígio de altas habilidades e superdotação em alunos de escolas regulares, demonstrar a importância da capacitação dos professores para identificarem e utilizarem metodologias de ensino que contemplem as necessidades destes educandos, discutir sobre a importância das possíveis ferramentas metodológicas disponíveis para o desenvolvimento das potencialidades destes discentes.

Portanto, a metodologia do presente estudo utilizará uma pesquisa baseada em revisão bibliográfica, sobre a identificação e inclusão de alunos com altas habilidades e superdotação no ensino regular, oportunizando um aprimoramento de entendimento sobre as características que estes educandos apresentam, na busca de sua identificação e na utilização de recursos que contemplem suas necessidades, fundamentada na reflexão de livros, sites de busca e trabalhos acadêmicos referentes ao conteúdo da revisão.

## **2 IMPORTÂNCIA DA IDENTIFICAÇÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO NO ENSINO FORMAL**

### **2.1 CARACTERÍSTICAS DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO**

A identificação das características que alunos com altas habilidades e superdotação apresentam é primordial para o sucesso na inclusão, neste sentido, o documento da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), descrevem estes estudantes como:

demonstram potencial elevado em qualquer uma das áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Segundo Farias (2020), a definição de altas habilidades e superdotação não apresenta um conceito consolidado, no entanto, observa-se que em alguns casos evidenciam-se características emocionais, já em outros, intelectuais, mas em grande frequência estão incluídos a potencialidade elevada, desempenho e inteligência.

Neste sentido, Virgolim e Konkiewitz (2016), ressaltam que estas pessoas não pertencem a uma classe semelhante, isto acontece pelo fato deste grupo ter distintos níveis de potencialidade que marcam diferenças intensas entre os mesmos. Assim, para identificar o sujeito com altas habilidades e superdotação não existe um padrão definido, no entanto, é possível listar algumas características comuns.

Para Oliveira, Fernandes e Adão (2013), Joseph Renzulli é um importante cientista pesquisador do Centro Nacional de Pesquisa sobre superdotação e Talento da Universidade de Connecticut, nos Estados Unidos, onde desenvolveu a Teoria dos Três Anéis, esta passou a ser admitida pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação.

Neste contexto, de acordo com a teoria acima mencionada, Martins e Chacon (2016) apud Renzulli (1978), relatam que existem referências de três características que são indicadores de altas habilidades e superdotação, sendo a criatividade, comprometimento com a tarefa e habilidade acima da média.

Habilidade acima da média envolve aspectos gerais, que se voltam para a capacidade de processar informações, integrar experiências que resultam em respostas adaptativas e apropriadas a novas situações com vistas à capacidade de elaborar o pensamento abstrato, como pensamento espacial, memória e fluência de palavras. No que se refere às habilidades específicas, envolvem a capacidade de assimilar novos conhecimentos e habilidades para atuar em uma ou mais atividades de uma área especializada, como química, matemática, fotografia e escultura. Com relação à criatividade, deve-se levar em conta a fluência, a flexibilidade e a originalidade de pensamento, bem como a abertura a inusitadas experiências, curiosidade, sensibilidade a detalhes e ausência de medo de correr riscos (BRANCO et al., 2017 apud RENZULLI<sup>3</sup>, 1978, p. 33).

Desta forma, Martins e Chacon (2016), descrevem a grande importância das características do pensamento criativo, pelo fato da criatividade ser um dos elos que determinam a presença de altas habilidades e superdotação.

Estes alunos são ativos, problematizam e são questionadores, normalmente suas atividades são direcionadas para alguma área do seu interesse e suas dúvidas se relacionam a

---

<sup>3</sup>RENZULLI, J. S. What makes giftedness? Reexamining a definition. *Phi Delta Kappa*, v. 60, p. 180-184, 1978.

alguma curiosidade específica ou algum aprendizado além do que está sendo estudado em sala de aula (HOSDA, CAMARGO; NEGRINE, 2009, p. 4399).

Martins e Chacon (2016) destacam que alunos com capacidades elevadas estão longe de serem considerados educandos ideais, por estarem sujeitos a apresentarem qualquer tipo de dificuldade, desconstruindo assim, os rótulos existentes. Neste caso, observa-se a existência de mitos referentes aos alunos com altas habilidades e superdotação que dificultam a sua identificação, pois existe a ideia de que estes educandos teriam ótimo rendimento escolar, o que nem sempre acontece, pois raramente são superdotados em todas as matérias e não apresentam constantemente bom rendimento escolar (AZEVEDO; METTRAU, 2010, p. 9).

Geralmente embora este educando seja imaginativo e curioso, com tendência a dar respostas bem humoradas e brincar com as ideias de maneira diferente do habitual, algumas vezes e não poucas, o aluno criativo, é visto como desrespeitoso para com as autoridades, sarcásticos, palhaço da turma e autocrítico (VIRGOLIM, 2014 apud CLARK<sup>4</sup>, 1992).

Uma característica importante, presente em crianças com altas habilidades, diz respeito à afetividade. Virgolim (2019, p.185 apud Hérbet<sup>5</sup>, 2011) relata que:

Dentro de uma criança sensível existe uma complexidade de sentimentos que influenciam suas experiências de vida diária, levando-a a formar vínculos profundos com pessoas e lugares em sua vida. Elas podem facilmente sofrer emocionalmente, mas estão agudamente conscientes das necessidades alheias. Crianças superdotadas podem ser autoanalíticas, autocríticas, e mesmo severas com elas mesmo, mas não se perdoam facilmente se, por acaso, magoam ou ferem os sentimentos dos outros.

Outra característica importante é a precocidade, ou seja, a antecipação no desenvolvimento de determinados conhecimentos nas mais diversas áreas como matemática, música, esportes, artes, entre outros, é um dos temas pouco estudados nacionalmente, e pode estar ou não relacionado à altas habilidades e superdotação (MARTINS; CHACON, 2016).

Sendo assim, é importante entender que o termo superdotação não pode referenciar a super poderes, nem dispor de uma imagem de heroísmo, mas queremos apresentar para benefício social as habilidades que podem ser desenvolvidas, para isto, precisam ser reconhecidas, valorizadas e aceitas, de modo que o padrão da marginalização seja esquecido para refletirmos sobre aspectos saudáveis nesta comunidade de alunos (CARDOSO; BECKER, 2014).

---

<sup>4</sup> CLARK, B. **Growing up gifted**: Developing the potential of children at home and at school. New York: Macmillan Publishing Company, 1992.

<sup>5</sup> HÉRBERT, T. P. **Understanding the Social and Emotional Lives of Gifted Students**. Waco: Prufrock Press, 2011.

## 2.2 IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES PARA A IDENTIFICAÇÃO DESTES ALUNOS

De acordo com Azevedo e Mettrau (2010), o professor possui a tarefa significativa no processo de identificação destes educandos, onde através da observação destes em sala de aula realiza a indicação para participarem da avaliação universal realizada por profissionais que avaliam altas habilidades e superdotação.

Neste sentido, Martins e Chacon (2016, p.9) concluíram em seu trabalho que,

Em decorrência das influências do ambiente no desenvolvimento das habilidades superiores, salienta-se a importância e a necessidade de que os profissionais da educação ampliem seus conhecimentos acerca desses alunos a fim de que possam reconhecê-los e proporcionar-lhes as condições propícias para o estímulo de suas potencialidades.

O Plano Nacional de Educação em 2001 instituiu como tarefa dos professores a identificação de alunos com altas habilidades e superdotação, se capacitando para acompanhar e observar o comportamento, bem como, o desempenho destes educandos, examinado também o contexto em que estavam incluídos (FARIAS, 2020 apud BRASIL, 2001 d).

Branco *et al.*, (2017), relata a importância da capacitação dos educadores, citando que o Plano Nacional de Educação (2014) apresenta novas indicações que contemplem, através da Meta 4, ações políticas que validem a significância da qualificação dos professores para auxiliar este grupo de alunos.

Neste sentido Martins e Chacon (2016), ressaltam ser de fundamental importância a formação docente, para que características que são compartilhadas por todos os grupos de educandos como dependência, desorganização e individualismo não levem o professor que possui entendimento reduzido sobre o assunto, a descartar a possibilidade de identificação de altas habilidades e superdotação.

Para Azevedo e Mettrau (2010), a qualificação desse educador é resultado de um processo construído ao longo de sua busca por formação continuada e prática docente, sendo esta última uma realidade dinâmica diariamente e também subjetiva, através das crenças e valores que o professor traz consigo e das inúmeras vivências que irão sustentar a sua prática e a relação em sala de aula.

Branco *et al.*, (2017) salienta a importância do profissional psicólogo apoiar a família e os profissionais vinculados com os alunos com altas habilidades e superdotação,

buscando orientá-los na identificação e estimular as habilidades destes alunos, apoiando para que valorizem as características que os distinguem dos demais alunos.

Sendo assim, para a inclusão de alunos com altas habilidades e superdotação é necessário um direcionamento mais atento ao trabalho docente para que estes sujeitos sejam reconhecidos, constatando sua criatividade, formas de aprendizagem, entre outras características. Assim:

O professor da escola inclusiva deve avançar em direção à diversidade. É necessário deixar de ser mero executor de currículos e programas predeterminados para se transformar em responsável pela escolha de atividades, conteúdos ou experiências mais adequados ao desenvolvimento das capacidades fundamentais dos seus alunos, tendo em conta o nível e as necessidades deles. (NEGRINI, 2014 *apud* FREITA e PÉREZ<sup>6</sup> 2012, p. 07).

De acordo com Hosda, Camargo e Negrini (2009), durante as conversas informativas com professores realizadas inúmeras vezes, foram perceptíveis várias dúvidas que levaram a certa confusão entre altas habilidades/superdotação e hiperatividade, sendo que estes desacertos são demonstrados quando os educadores relatam casos e trazem questões referentes a seus alunos. Neste sentido, os autores destacam que:

Por isto é importante esclarecer que as altas habilidades e o TDHA possuem características que podem se assemelhar, mas que é importante diferenciá-las para que não aconteçam equívocos no processo de identificação e nos encaminhamentos pedagógicos (HOSDA; CAMARGO; NEGRINI, 2009, p.4396).

Sendo assim, é necessário que pesquisadores e professores explorem este campo para entender melhor e buscar melhorias no atendimento e desenvolvimento destas inteligências. Todavia, cabe aos docentes refletirem sobre a necessidade urgentemente de seminários, grupos de estudos e eventos com estudiosos de altas habilidades e superdotação para que consigam determinar as perspectivas e necessidades de atuação, atuando também na formação continuada dos educadores que deve ser amplamente trabalhada e iniciada dentro do ambiente escolar (SÁ, 2017).

Neste sentido Virgolim (2019), conclui ao apontar que a falta de conhecimento da população como professores, pais e colegas, resultam em muitos problemas que dificultam no conhecimento e validação destes traços de personalidade, levando estes alunos a se sentirem diferentes, não pertencentes aquele grupo. Esta falta de apoio pode levar estes educandos pode

---

<sup>6</sup> FREITAS, Soraia Napoleão; PÉREZ, Susana Graciela Pérez B. **Altas habilidades/ superdotação: atendimento especializado**. 2ª ed. Revista e ampliada. Marília: ABPEE, 2012.

levar a um descompasso com o mundo a sua volta, e como consequência fazendo com que estas pessoas fiquem a margem da sociedade por se considerarem diferentes.

## 2.3 FERRAMENTAS METODOLÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO

Para atender eficientemente os alunos com altas habilidades e superdotação é necessário apresentar situações de aprendizagem atraentes e o enriquecimento curricular, levando a construção de uma identidade positiva e uma inclusão efetiva (SAKAGUTI, 2020).

De acordo com Farias (2020), este aluno é público alvo da educação especial, sendo indicado que este aluno seja atendido nas classes comuns onde as estratégias de ensino sejam diversificadas assegurando o enriquecimento curricular, mas, o ensino deve ocorrer também na sala de recursos multifuncionais.

Neste sentido, a ação didático-pedagógica tem como objetivos, juntamente com os educandos com altas habilidades e superdotação, preparar para a independência e autonomia, inserir atividades de planejamento, efetuar diferentes formas de pensamento, fortalecer habilidades técnicas e sociais, preparação para a independência e autonomia (SÁ, 2017).

De acordo com Sakaguti (2020) um dos meios mais eficazes na motivação do aluno superdotado é encorajando e desafiando-o que busquem no ambiente social e escolar meios que ampliem seus conhecimentos.

Programas intracurriculares acontecem na escola regular comum, através de adequações e flexibilizações curriculares contando com o educador regente, especializado ou a conexão de ambos (FARIAS, 2020). Assim a educação inclusiva tem como estratégia envolver os alunos em situações reais do mundo levando-os a aprenderem na prática, com situações que sejam mais significativas, onde possam desenvolver suas habilidades através da aplicação, incentivando o pensamento crítico e reflexivo (SÁ, 2017).

Cabe ressaltar que os alunos com altas habilidades e superdotação são diferentes entre si, mas, apresentam particularidades que devem ser examinadas e respeitadas quando as instituições escolares definirem o programa mais condizente às necessidades de cada educando. Farias (2020, p. 155), ressalta ainda:

Os alunos com AH/SD precisam do atendimento educacional especializado, indicando uma atenção específica a esses indivíduos. Nesse processo, é necessário o envolvimento da família, dos professores da classe comum, do professor da sala de recursos multifuncionais e da escola. O trabalho articulado possivelmente resultará

não só num rendimento escolar satisfatório, mas também num desenvolvimento afetivo adequado.

O enriquecimento curricular é um dos programas utilizados onde podem ocorrer atividades valiosas na qual o educador trabalhará em grupo ou de maneira individualizada, proporcionando autonomia para estudos independentes que busquem desenvolver atividades a partir do interesse dos educandos (FARIAS, 2020).

De acordo com Hosda, Camargo e Negrini (2009), a sala de aula deve ser um ambiente estimulador para que estes alunos não considerem as atividades tediosas, afinal, em tese desafiar o educando não é uma preocupação presente na maioria das vezes, o que dificultará no comprometimento e interesse com as atividades, não exercitando sua criatividade. Assim, é necessário um ambiente estimulador que busque favorecer estes alunos na educação inclusiva assegurando o desenvolvimento de seus potenciais e talentos.

No âmbito escolar as atividades artísticas se tornam necessárias, neste sentido Machado e Stoltz (2017, p. 450) realiza o seguinte relato:

Percebemos que os alunos com altas habilidades/superdotação, de modo geral, parecem utilizar as atividades artísticas e criativas como meio privilegiado para expressão de seu mundo interior, ao mesmo tempo em que utilizam esses instrumentos como meio de olhar seus sentimentos e emoções individuais, permitindo-lhes, então, a expressão de sua singularidade. Ou seja, há indícios de que por meio da arte e da criatividade, os alunos com potencial superior têm liberdade para “ser o que são”.

Sendo assim, Sakaguti (2020) ressalta que medidas educacionais como atividades de enriquecimento curricular devem ser atribuídas a todos os educandos, no entanto, na questão dos alunos superdotados, essas ações têm papel fundamental para atender suas particularidades. Neste sentido, Virgolim (2016, p.393), destaca que “ele deve ser mais complexo, mais abstrato e mais variado do que o currículo regular, além de ser organizado de modo diferente”. Assim, Sakaguti (2020), conclui que o enriquecimento curricular faz parte de um processo que busca instigar e envolver estes alunos através da adaptação de estratégias didáticas por parte da escola e dos professores.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente escolar é composto por diversidades que precisam ser analisadas através de um olhar atento por todos os envolvidos no processo educacional, logo, percebe-se que entre os alunos inclusos no ensino regular estão os educandos com altas habilidades e

superdotação. Assim, para que a inserção destes aconteça efetivamente, se faz necessária a busca constante de conhecimento para que se possam criar situações verdadeiras de inclusão no processo educacional.

Apesar destes alunos se destacarem em algumas áreas do ensino é perceptível a falta de identificação de suas potencialidades acarretando na desmotivação dos mesmos com relação aos estudos, ou também a privação de estímulos que os levem a aprimorar seus talentos, visto que muitos destes chegam à fase adulta sem conhecer e desenvolvê-las. Neste sentido, é necessário que sejam identificadas as características apresentadas por estes educandos, buscando conhecer as metodologias e recursos existentes para contemplar as potencialidades a serem desenvolvidas e amenizar as possíveis dificuldades que possam ocorrer durante o processo educativo.

Não existe um padrão definido para identificar estes alunos, pois nem sempre eles compartilham as mesmas características, alguns se destacam em áreas emocionais outras intelectuais, todavia a criatividade, a habilidade acima da média e o comprometimento com a tarefa são indicadores que auxiliam no diagnóstico destes educandos. Outro ponto importante é que estes não estão livres de apresentarem dificuldade em outras áreas do ensino, o que rompe com a ideia de que os mesmos devem ser bons em todas as áreas, já que eles se destacam nas áreas relativas às suas potencialidades e podem apresentar muitas dificuldades em outras.

Neste caso, observou-se a importância da capacitação dos professores para que possam identificar durante o seu trabalho docente características que sugiram que os educandos possam ter altas habilidades e superdotação, indicando-os para que participem da avaliação universal que irá apontar a presença de superdotação. Sendo importante da mesma forma que os educadores através da capacitação contínua, troca de experiências e conhecimentos, busquem ampliar sua competência para que estes alunos não recebam estereótipos de indisciplina pela falta de interesse nas atividades propostas.

Outro ponto importante é a necessidade da utilização de metodologias diversificadas que proporcionem situações que aumentem o interesse e participação destes alunos, através do enriquecimento curricular, buscando contemplar as necessidades e desenvolver as potencialidades apresentadas no ambiente escolar.

Deste modo, percebe-se a importância da capacitação dos educadores para conhecerem as características e identificarem estes educandos, buscando aprimorar e flexibilizar o currículo escolar para que contemplem as necessidades destes alunos, bem

como, desenvolvam suas habilidades e talentos através do uso de metodologias adequadas e diversificadas procurando proporcionar verdadeiramente uma educação inclusiva.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sonia Maria Lourenço de; METTRAU, Marsyl Bulkool. **Altas habilidades/superdotação: mitos e dilemas docentes na indicação para o atendimento.** Psicologia: Ciência e Profissão, vol.30, nº1, Brasília, 2010.

BRANCO, Ana Paula Silva Cantarelli; TASSINARI, Ana Maria; CONTI, Lilian Maria Carminato; ALMEIDA, Maria Amélia. **Breve histórico acerca das altas habilidades/superdotação: políticas e instrumentos para a identificação.** Educação, Batatais, v.7, nº2, p.23-41, 2017.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** MEC, 2008.

CARDOSO, Adriana Oliveira Guimarães; BECKER, Maria Alice D'Avila. Identificando Adolescentes em situação de rua com potencial para altas habilidades/superdotação. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol.20, nº4, 2014, Marília.

FARIAS, Elizabeth Regina Streisky de. **Mitos, teorias e verdades sobre altas habilidades/superdotação [livro eletrônico].** Curitiba: Intersaberes, 2020. (Série Panoramas da Psicopedagogia).

HOSDA, Carla Beatriz Kunzler; CAMARGO, Renata Gomes; NEGRINI, Tatiane. Altas Habilidades / Superdotação e Hiperatividade: Possíveis relações que podem gerar alguns equívocos. **XV Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**, 2009, PUCPR.

MACHADO, Cristiana Lopes; STOLTZ, Tania. Arte, criatividade e desenvolvimento socioemocional de alunos com altas habilidades/superdotação (AH/SD): considerações a partir de Vigotski. **Revista Educação Especial**, vol.30, nº50, Santa Maria, 2017.

MARTINS, Bárbara Amaral; CHACON, Miguel Claudio Moriel. Características de Altas Habilidades/Superdotação em Aluno Precoce: Um Estudo de Caso. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Vol.22, nº2. Marília, 2016.

MARTINS, Bárbara Amaral; CHACON, Miguel Claudio Moriel. **Crianças precoces com indicadores de altas habilidades/superdotação: as características que contrariam a imagem de aluno “ideal”.** Educação Unisinus. Vol.20, nº1, 2016.

NEGRINI, Tatiane. **A escola, a sociedade e a inclusão de alunos com altas habilidades/superdotação: interfaces que se relacionam nas práticas de ensino.** EDUECE – livro 3, Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

OLIVEIRA, Rosymari de Souza; FERNANDES, Ivoni de Souza; ADÃO, Jorge Manuel. Altas Habilidades/Superdotação: Enriquecimento escolar como proposta de atendimento. **XI**

**Congresso Nacional de Educação EDUCERE. II Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE. VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente – SIPD/CÁTEDRA UNESCO. 2013, Curitiba.**

SÁ, Paula Renata Bezerra Xavier; **A Inclusão de Alunos com Altas Habilidades/Superdotação na Educação Básica: Um Desafio á Prática Pedagógica.** Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia. V.11, nº38, 2017. Edição eletrônica em <http://idonline.emnuvens.com.br/id>.

SAKAGUTI, Paula Mitsuyo Yamasaki; **Altas Habilidades – Superdotação.** Contentus, Curitiba, 2020.

VIRGOLIM, Angela Mágda Rodrigues. A contribuição dos instrumentos de investigação de Joseph Renzulli para a identificação de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação. **Revista Educação Especial**, v.27, n.50, p.581/610, Santa Maria, 2014.

VIRGOLIM, Angela Mágda Rodrigues; KONKIEWITZ, Elisabete Castelon (orgs). **Altas habilidades/superdotação, inteligência e criatividade: Uma visão multidisciplinar.** Campinas, SP: Papyrus, 2016.

VIRGOLIM, Angela Mágda Rodrigues. **Altas Habilidades/Superdotação: um diálogo pedagógico urgente.** Intersaberes, Curitiba, 2019.

## INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA E A RELAÇÃO COM OS ÍNDICES DE INFLAÇÃO

Reginaldo Gomes Valentin<sup>1</sup>  
Antonio Carlos Lázaro Sanches<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo teve como objetivo analisar os aspectos inerentes dos ativos de renda fixa com a inflação. Para tanto, foi necessário desdobrar os conceitos sobre os ativos de renda fixa, de forma, a saber, qual a relação existente de rentabilidade e valor da moeda no tempo, relacionado com esses ativos. Por fim, também foi necessário levantar dados e informações de forma que se estabeleça essa relação. Tal estudo é importante para subsidiar os agentes econômicos na aplicação dos recursos financeiros em um cenário de alta volatilidade dos preços, bem como ter um entendimento sobre a lógica existente na formação de poupança e aplicações de recursos financeiros. Nos conceitos revisados, percebe-se que a definição da forma de rentabilidade contribui para trazer esclarecimentos essenciais da inflação com os retornos de ativos de renda fixa. Desse modo, verificou-se que os títulos pré-fixados possuem uma relação maior com a inflação, quando apresenta um cenário de redução da taxa de inflação. No que se refere a correlação, verificou-se que há uma correlação positiva entre as aplicações pós-fixadas e pré-fixadas com a inflação, o que caracteriza a rentabilidade maior desses ativos em relação ao valor do dinheiro no tempo, mas de forma fraca.

**Palavras-chave:** renda fixa; inflação; correlação.

### INTRODUÇÃO

No Brasil tem havido um debate acerca do retorno de cenários de alta inflação. Por conta da pandemia do Covid 19, essa inflação é decorrente da baixa produção e interrupção de algumas atividades econômicas, o que pode ter diminuído a oferta e aumentado os preços.

A inflação está vinculada a várias questões econômicas dos agentes econômicos, desde a aquisição da sua alimentação e suporte básico até como pode ser aplicado o seu dinheiro no tempo. Diante disso há uma relação importante entre taxa de juros e inflação, em que a relação é dada pela valorização dos preços face ao valor da moeda (AZEVEDO, 2005).

---

<sup>1</sup>Graduado em Tecnologia em Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Maringá- UEM – Aluno de Pós Graduação em Gestão Financeira e Negócios pelo Centro Universitário Cidade Verde - UniFCV. E-mail: regi\_valentin@hotmail.com

<sup>2</sup>Mestre em Desenvolvimento de Tecnologia pelo Instituto LACTEC – Professor de Pós Graduação do Centro Universitário Cidade Verde – UniFCV. E-mail: prof\_antonio@unifcv.edu.br

Logo as taxas de juros agem em função da oferta e demanda de recursos financeiros, fazendo com que a melhor forma de contenção do aumento dos preços é via aumento das taxas de juros, pois elas tendem a conter o consumo e as concessões de empréstimos. Por outro lado, os agentes podem optar por reter os valores monetários em aplicações financeiras. A mais tradicional é a caderneta de poupança, mas tem outras opções de aplicações, principalmente em títulos de renda fixa e variável. A renda fixa tem como pressuposto a garantia de oferecer uma aplicação a menor rentabilidade, mas com um risco bem reduzido. A renda variável, por sua vez, representa aplicações com forte risco, e com possibilidades de alta rentabilidade, mas com alto risco, perfazendo que não haja previsibilidade do retorno em cenários de incerteza econômica (ALMEIDA e CUNHA, 2017).

Desse modo, as aplicações de renda fixa podem ser as mais preferíveis pelos investidores em cenários em que as expectativas de crescimento econômico não são boas ou incertas. No entanto, é preciso definir outro problema: qual a possibilidade de aplicação em títulos de renda fixa, considerando a inflação, sendo esta também incerta? Nesse sentido, e necessário estabelecer quais as relações existentes entre renda fixa e inflação.

Diante disso, o presente artigo teve como objetivo analisar os aspectos inerentes dos ativos de renda fixa com a inflação. Para tanto, foi necessário desdobrar os conceitos sobre os ativos de renda fixa, de forma, a saber, qual a relação existente de rentabilidade e valor da moeda no tempo, relacionado com esses ativos. Por fim, também foi necessário levantar dados e informações de forma que se estabeleça essa relação.

Tal estudo é importante para subsidiar os agentes econômicos na aplicação dos recursos financeiros em um cenário de alta volatilidade dos preços, bem como ter um entendimento sobre a lógica existente na formação de poupança e aplicações de recursos financeiros.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Ativos de renda fixa são aqueles em que a remuneração pode ser dimensionada no momento da aplicação, fazendo com que o investidor saiba qual será o seu rendimento. Esse rendimento pode ser avaliado pelo valor nominal ou pela variação de um indexador (AZEVEDO, 2005). Podem ser adotados alguns critérios para a diferenciação dos títulos de renda fixa: o tipo de emissor, a forma de rentabilidade do título, seu prazo e valor mínimo de investimento inicial (ALMEIDA e CUNHA, 2017).

Em relação ao emissor, consiste na entidade que recebe o dinheiro do investidor e emite o título, responsabilizando-se pelo pagamento do principal e dos juros contratados. Os emissores dividem-se públicos e privados, sendo que o primeiro aglomera o governo federal, governos estaduais e municipais. De acordo com Almeida e Cunha (2017), os títulos públicos federais são considerados como mais seguros do mercado, haja vista a garantia concedida pelo próprio governo. Os emissores privados, por sua vez, são constituídos pelos bancos e empresas. A forma de captação ocorre no mercado de capitais (ALMEIDA e CUNHA, 2017).

Entre os títulos de renda fixa públicos do governo federal têm-se as Letras do Tesouro Nacional (LTN), Notas do Tesouro Nacional (NTN), Notas do Banco Central (NBC), Letras Financeiras do Tesouro (LFT), Letras do Banco Central (LBC) e Bônus do Banco Central (BBC), sendo que entre estes as NTN são atrelados a um indexador como o IGP (Índice Geral de Preços) e a TR (Taxa Referencial) (AZEVEDO, 2005).

Já em relação aos títulos privados têm-se os Certificados de Depósito Bancário (CDB), Recibo de Depósito Bancário (RDB), Letras de Câmbio, Letras Hipotecárias, Debêntures e Notas Promissórias. Os que podem ser atrelados ao índice geral de preços (IGP) são o CDB e o RDB, com a diferença de que o último é intransferível (AZEVEDO, 2005).

Os títulos, em relação à forma de rentabilidade, podem ser classificados, de acordo com Assaf Neto (2018), em pós-fixados, pré-fixados e indexados à inflação.

No que tange aos títulos pré-fixados, pressupõe que o investidor saberá exatamente a taxa que deverá recair o retorno. A escolha pelos títulos pré-fixados recai principalmente nos casos em que houver expectativa de redução da taxa de juros (ASSAF NETO, 2018). No caso de expectativa de aumento das taxas de juros, pode recair a possibilidade de venda antes do vencimento no mercado secundário, onde a rentabilidade pode variar (ALMEIDA e CUNHA, 2017). Já os títulos pós-fixados não há uma total previsibilidade sob o valor de retorno, pois depende de eventos que possam acontecer no futuro, pois expressa geralmente a remuneração do título como um percentual da Selic (taxa básica de juros da economia) ou do CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro), que acompanha o comportamento do mercado, sendo que a taxa de retorno é maior em cenários de alta dos juros (ASSAF NETO, 2018).

De acordo com Azevedo (2005), esses títulos são vinculados com indexadores para a correção do valor ou a remuneração dos títulos sendo considerados mais defensivos e conservadores, em razão de acompanhar as principais taxas da economia, bem como as condições do mercado. No entanto, ressalta-se uma variabilidade do rendimento conforme a flutuação da taxa de juros, o que possibilita a arbitragem por meio dos investidores que desejam apostar contra ou a favor da tendência do mercado.

A remuneração indexada à inflação é denominada por Assaf Neto (2018) no qual consiste em uma combinação da taxa pré e pós-fixada, formada por uma taxa de juros real (líquida da inflação) previamente definida e acrescida da variação da inflação verificada no período da aplicação, em que pode ser corrigida principalmente pelo IPCA (índice nacional de preços ao consumidor amplo), IGPM (índice geral de preços do mercado) ou INPC (índice nacional de preços ao consumidor). Segundo Assaf Neto (2018), a vantagem desses títulos é a garantia ao investidor de um ganho real prefixado, líquido da inflação, atuando como uma proteção contra a perda de poder de compra da moeda.

O prazo é outra variável importante, que constitui o tempo de retorno ao investidor do valor tanto do principal quanto dos juros acumulados no período. O prazo do título envolve tanto a perspectiva de risco de crédito da instituição, quanto à perspectiva da taxa de juros obtida pelo investidor. À medida que o prazo aumenta amplia-se o risco de crédito da instituição que o emitiu e, conseqüentemente, maior deve ser o rendimento desse título quando comparados a títulos semelhantes com prazos menores (AZEVEDO, 2005).

Já em relação ao investimento inicial, ele é considerado diretamente proporcional à taxa de rentabilidade a ser recebida pelo título. A título de exemplo, os títulos do Tesouro Direto permitem que o investidor inicie o seu investimento com apenas trinta reais. Não obstante, outros produtos de renda fixa como Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) exigem valores mínimos de cerca de cinco mil reais (AZEVEDO, 2005).

Dados esse contexto, o principal benefício da renda fixa em relação à aplicação mais tradicional, mediante a caderneta de poupança, é o rendimento superior à inflação. Essa relação é dada pela expectativa maior de retorno pela aplicação em renda fixa. De acordo com Assaf Neto (2018), se um investimento prometer pagar uma taxa de juros nominal (aparente), o retorno fica diretamente dependente da inflação esperada. Quanto maior for a inflação, menor o retorno real auferido pelo aplicador. Diante disso, em quadros de alta de inflação, há a necessidade de imposição de maiores taxas de retorno sob às aplicações. O melhor mecanismo, pode se deduzir que são as aplicações pós-fixadas que tem melhores resultados em cenários de alta da inflação. Em um cenário de queda, as taxas pré-fixadas tornam-se mais viáveis.

Outro conceito importante é a Taxa Referencial de Juros (TR), que foi criada no início da década de 90, que tinha como objetivo ser o principal índice brasileiro destinado a ser uma taxa básica referencial dos juros, haja vista que tinha a necessidade de substituir inúmeros índices, como o ORTN (obrigação reajustável do tesouro nacional), OTN

(obrigação do tesouro nacional), BTN (bônus do tesouro nacional), entre outros. (ASSAF NETO, 2018).

A TR considera as 30 maiores instituições bancárias classificadas por volume de captação, o que é deduzido, em seu cálculo a taxa média de captação dos bancos, um redutor que deve refletir a tributação incidente sobre os CDB/RDB e a taxa real de juros da economia. Desse modo a TR equivale a uma taxa futura esperada de inflação que vai ser inserida pelos agentes econômicos na remuneração dos títulos de renda fixa (ASSAF NETO, 2018).

Por fim, o IPCA é considerado, de acordo com Assaf Neto (2018), como o mais relevante do ponto de vista de política econômica, haja vista ser o índice de referência para o sistema de metas de inflação implementado no Brasil em 1999. Ele foi produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1979 e possuía como finalidade inicial corrigir as demonstrações financeiras das companhias de capital aberto. O público alvo da coleta dos preços para o cálculo do IPCA abrange famílias com rendimentos mensais entre um e quarenta salários mínimos e, além disso, é calculado no período entre o primeiro e último dia de cada mês (ALMEIDA e CUNHA, 2017).

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi desenvolvida utilizando o tipo de pesquisa bibliográfica e documental, principalmente, por meio de livros, artigos, monografias e dissertações (GIL, 2002).

Sendo utilizada também, a pesquisa exploratória a fim de analisar as informações fornecidas pelas mais diferentes instituições. Sendo importante analisar, nos mais variados estudos e documentos, as deduções plausíveis acerca da inflação brasileira. Conforme Gil (2002), as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema proposto, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses, possibilitando o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Nesse sentido, foi realizada a revisão de literatura sobre os conceitos básicos relacionados à renda fixa, bem como a sua relação com a inflação. Foram avaliados relatórios da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (AMBIMA) e especialmente dados de séries históricas obtidas no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil (BACEN), especificamente no Sistema Gerenciador de Séries Temporais - SGS (BRASÍLIA, 2021). Essa análise será efetuada mediante gráficos, bem como análise de correlação das variáveis e de estatística descritiva.

Entre os dados avaliados no sítio eletrônico do Banco Central (Bacen), tem-se os seguintes, conforme o quadro 1:

Quadro 1. Variáveis a serem abordadas

Nome completo	Unidade	Periodicidade
Taxa referencial (TR)	% a.m.	Diário
Taxa média mensal prefixada de depósitos a prazo (CDB/RDB) - Total	% a.a.	Mensal
Índice nacional de preços ao consumidor-Ampla (IPCA) - Núcleo médias aparadas com suavização	Var. % mensal	Mensal
Taxa média mensal pós-fixada de depósitos a prazo (CDB/RDB) - Total	% a.a.	Mensal

Fonte: (BACEN, 2021)

A análise de estatística descritiva foi dada pelos indicadores de média, variância, desvio padrão e mediana. Para a correlação da taxa média pós-fixada e pré-fixada com o IPCA sendo escolhida a correlação de Pearson, dada pela seguinte equação:

$$\rho = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}} = \frac{cov(X, Y)}{\sqrt{var(X) \cdot var(Y)}} \quad (1)$$

Sendo que  $\rho > 0$  significa uma correlação positiva entre as duas variáveis.  $\rho < 0$  significa uma correlação negativa entre as duas variáveis, e se  $\rho = 0$  significa que as duas variáveis não dependem linearmente uma da outra. O indicador de correlação varia de 1 a -1. Desse modo 0,9 para 1, negativo ou positivo, indica uma correlação muito forte. 0,7 a 0,9 positivo ou negativo indica uma correlação forte. 0,5 a 0,7 positivo ou negativo indica uma correlação moderada. 0,3 a 0,5 positivo ou negativo indica uma correlação fraca. Finalmente, 0 a 0,3 positivo ou negativo indica uma correlação desprezível.

Foi avaliada, portanto, a relação entre essas variáveis, especialmente as 3 últimas, uma vez que elas são dadas mensalmente. Sendo verificada qual a tendência da inflação, e em que grau esteve presente os ativos pré-fixados e pós-fixados. Em análise a esses dados, também foi realizada uma avaliação com relatórios da AMBIMA, tendo como parâmetro o índice de Mercado ANBIMA, conhecido como IMA, que consiste em uma das alternativas de acompanhamento do desempenho das aplicações e também avaliação, de forma comparativa, das opções de produtos disponíveis no mercado. O IMA é formado por uma carteira de títulos

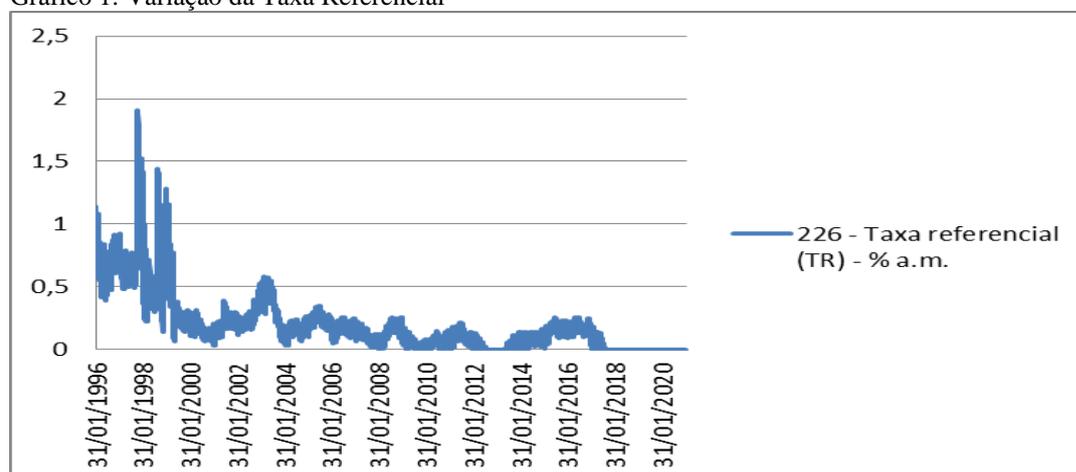
públicos semelhante à que compõe a dívida pública interna brasileira. O índice principal recebe a denominação de IMA-Geral. Para retratar essa variedade de títulos existentes, são calculados diferentes indicadores. Eles reúnem ativos de características semelhantes e são chamados de sub índices, tendo como referência os seguintes:

- IRF-M 1+: formado por títulos públicos prefixados, que são as LTNs (Letras do Tesouro Nacional ou Tesouro Prefixado) e NTN-Fs (Notas do Tesouro Nacional – Série F ou Tesouro Prefixado com Juros Semestrais) com vencimentos abaixo de um ano.
- IMA-B 5: formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional – Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais) com vencimento de até cinco anos.
- IMA-B 5+: formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional – Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais) com vencimento igual ou acima de cinco anos.

## APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foram levantados os dados mencionados na seção anterior. Considerando a melhor necessidade de sobreposição dos dados, o ano de corte foi 1996. Desse modo tem em relação a Taxa Referencial (TR), conforme o gráfico 1:

Gráfico 1. Variação da Taxa Referencial

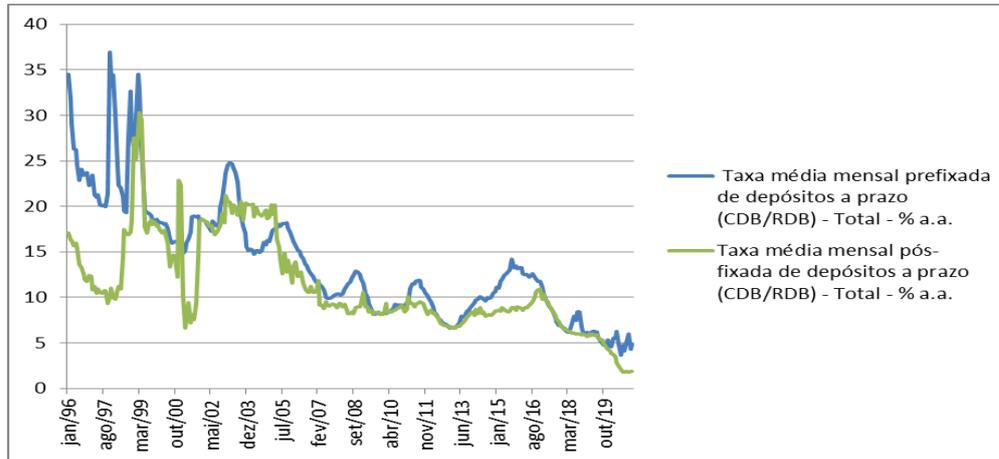


Fonte: Autor (2021)

Observa-se que a taxa referencial teve uma tendência de redução ao longo dos anos, com algumas pequenas oscilações.

Em relação a taxa mensal de depósitos pré-fixados e pós-fixados, tem-se o gráfico 2:

Gráfico 2. Taxa média mensal de depósitos pré-fixados e pós-fixados

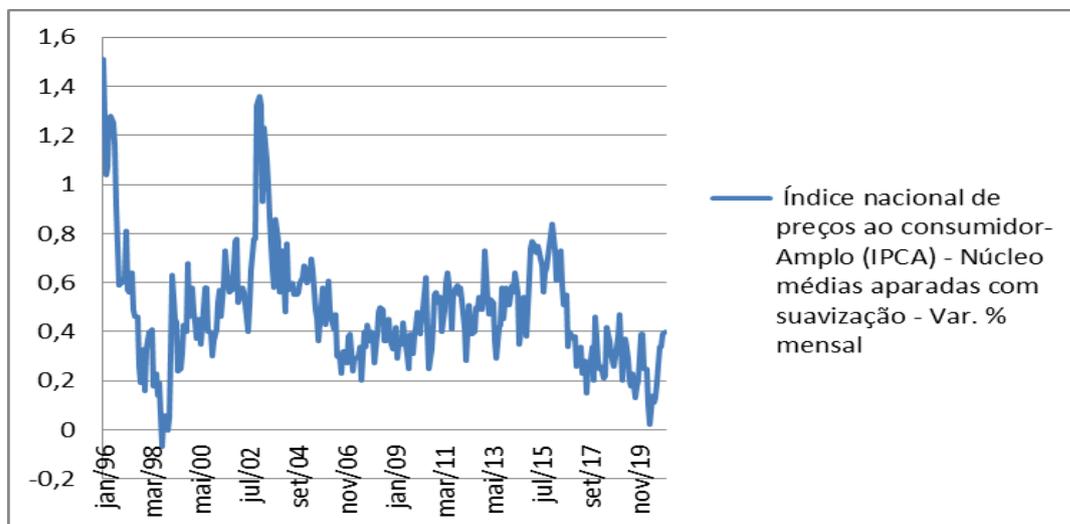


Fonte: Autor (2021)

Observa-se, portanto, semelhança dos movimentos entre as taxas pré-fixadas e pós-fixadas com a taxa referencial, exposta no Gráfico 1. A forte variação ocorrida em 1999 da taxa pós-fixada é decorrente da implementação do regime de metas de inflação. Após, há uma correlação maior entre os movimentos das aplicações pré-fixadas e pós-fixadas.

Outra variável estudada foi a variação percentual mensal, dada pelo índice IPCA, conforme exposto no Gráfico 3.

Gráfico 3. Variação mensal percentual do IPCA



Fonte: Autor (2021)

Observa-se, portanto, que a inflação teve uma oscilação maior relação às variáveis anteriores, o que recai uma avaliação mais abrangente.

Diante disso, torna-se necessário a indicação das estatísticas descritivas das variáveis apresentadas.

Tabela 1. Análise das estatísticas descritivas

	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Desvio padrão</b>	<b>Variância</b>
<b>Taxa média mensal prefixada de depósitos a prazo (CDB/RDB)</b>	13,8914	12,2600	6,6651	44,4229
<b>Taxa média mensal pós-fixada de depósitos a prazo (CDB/RDB)</b>	11,2877	9,2800	5,2441	27,5009
<b>Índice nacional de preços ao consumidor-Ampla (IPCA)</b>	0,4819	0,4500	0,2360	0,0557

Fonte: Autor (2021)

As variáveis pré-fixadas e pós-fixadas tem valores próximos de desvio-padrão. A taxa pré-fixada tem média e mediana maior, o que pressupõe que estes ativos tiveram preferência. Em um cenário de tendência de queda da inflação, títulos pré-fixados tem preferência, pois o investidor consegue fixar o seu retorno em um valor acima à inflação futura.

Em relação a correlação, foi mensurado por meio da correlação de Pearson, tendo os seguintes resultados:

Tabela 2. Correlação em relação ao IPCA

	<b>Correlação de Pearson</b>
<b>Taxa média mensal prefixada de depósitos a prazo (CDB/RDB)</b>	0,3934
<b>Taxa média mensal pós-fixada de depósitos a prazo (CDB/RDB)</b>	0,3656

Fonte: Autor (2021)

Verifica-se que em ambos os casos, há uma correlação positiva. No entanto, a taxa pré-fixada apresentou valor maior que a taxa pós-fixada. Importante salientar que essa correlação é fraca, dado que está entre 0,3 e 0,5.

Tendo realizadas essas análises, duas conclusões são possíveis:

- i. Em razão de uma leve tendência de queda da inflação, os títulos pré-fixados foram preferíveis.
- ii. Os títulos pré-fixados e pós-fixados apresentam uma correlação positiva com a inflação. Ou seja, quanto maior o indexador de inflação, maior a indicação de rentabilidade do ativo. Não obstante essa correlação é fraca, o que representa que outros fatores influenciam fortemente a rentabilidade do ativo, tendo como maior referência apontada pela literatura, a taxa de juros.

Tais constatações podem ser identificadas conforme os boletins AMBIMA (2020a) e AMBIMA (2020b).

De acordo com o boletim AMBIMA (2020a) a inflação alta impactou negativamente os títulos pré-fixados. Esse fato é deduzido em face em que o cenário recente de inflação no mês de outubro de 2020, no intervalo de 23 de outubro a 30 de outubro, conforme o gráfico 4, representou uma queda da carteira com títulos prefixados com mais de um ano de vencimento, apresentou perda de 0,56%.

Gráfico 4. Variação do IRFM1+

#### IRFM1+: Variação diária (%) a partir de 23 de outubro 2020

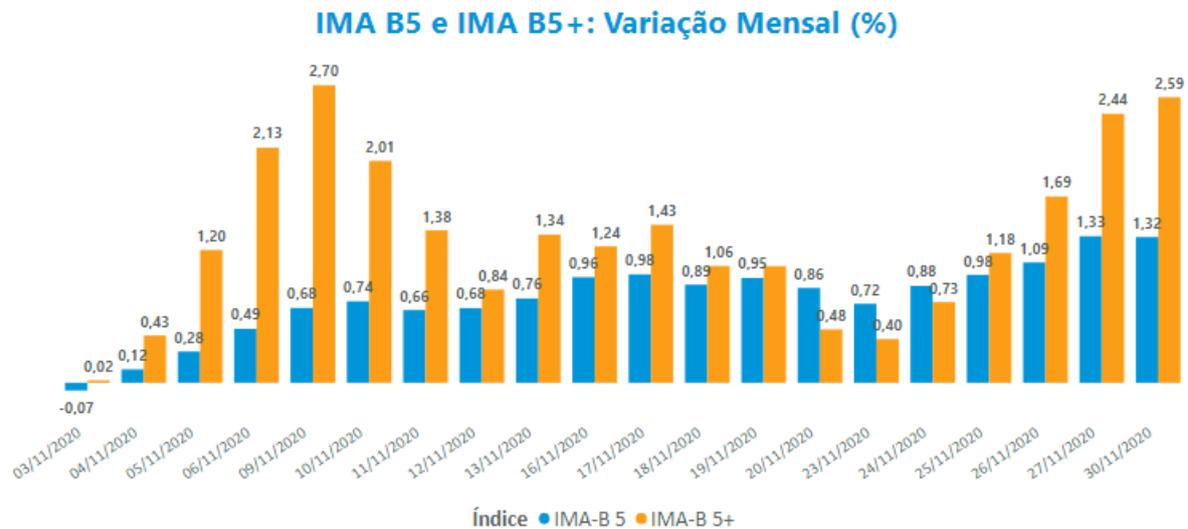


Fonte: AMBIMA (2020a)

Já AMBIMA (2020b) demonstra que carteiras dos títulos indexados ao IPCA tiveram performance positiva, em razão do risco inflacionário, o que acarreta a procura por títulos que protejam contra a inflação. A performance positiva no mês, pode ser entendida como reflexo

do aumento do risco inflacionário, desencadeando a procura por títulos que protejam contra a i

Gráfico 5. Variação do IMA B5 e IMA B5+



Fonte: AMBIMA (2020b)

Nesse contexto, verifica-se que há uma relação entre inflação e a taxa de retorno dos títulos de renda fixa, em que recai principalmente na característica do título no que se refere a forma de rentabilidade. Não obstante, verifica-se que a rentabilidade pode ser maior caso o título esteja indexado à inflação, conforme disposto em AMBIMA (2020b).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar os aspectos inerentes dos ativos de renda fixa com a inflação, qual a relação existente entre rentabilidade e valor da moeda no tempo, relacionado com esses ativos, bem como o levantamento de dados e informações, de forma que tenha definida a relação do modo mais preciso possível, em conformidade com a literatura revisada.

Nos conceitos revisados, percebe-se que a definição da forma de rentabilidade contribui para trazer esclarecimentos essenciais da inflação com os retornos de ativos de renda fixa.

Desse modo, verificou-se que os títulos pré-fixados possuem uma relação maior com a inflação, quando apresenta um cenário de redução da taxa de inflação. Como houve redução da inflação desde a implantação do Plano Real, houve no geral uma tendência maior de aplicação nos ativos pré-fixados.

Verificou-se, também, que há uma correlação positiva entre as aplicações pós-fixadas e pré-fixadas com a inflação, o que caracteriza a rentabilidade maior desses ativos em relação ao valor do dinheiro no tempo. Não obstante, essa correlação é fraca, o que implica que pode haver outros fatores que influenciam a rentabilidade desses ativos, como a taxa de juros.

Diante disso, verificou-se que as aplicações em renda fixa são altamente importantes a proteção dos investidores em cenário de incerteza sobre a inflação. No que se refere especificamente à situação econômica atual de forte retração econômica, as aplicações em renda fixa fornecem uma alternativa viável de proteção ao investidor, bem como uma alternativa a nível macroeconômico, pois estimula a poupança do país de forma a proteger dos choques econômicos advindos das crises.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Andre Luís Fernandes de; CUNHA, Daniel Pangracio Ahouagi. **Estudo do mercado brasileiro de renda fixa e o perfil do investidor brasileiro**. 2017. 90 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS – AMBIMA ([S.L.]). **Boletim Renda Fixa**: inflação mais alta impacta títulos prefixados. 2020a. Disponível em: [https://www.anbima.com.br/pt\\_br/informar/relatorios/renda-fixa-tesouraria/boletim-renda-fixa/inflacao-mais-alta-impacta-titulos-prefixados.htm](https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/relatorios/renda-fixa-tesouraria/boletim-renda-fixa/inflacao-mais-alta-impacta-titulos-prefixados.htm). Acesso em: 10 fev. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS - AMBIMA ([S.L.]). **Boletim Renda Fixa**: Carteiras com títulos indexados à inflação registram as maiores rentabilidade no mês. 2020b. Disponível em: [https://www.anbima.com.br/pt\\_br/informar/relatorios/renda-fixa-tesouraria/boletim-renda-fixa/carteiras-com-titulos-indexados-a-inflacao-registram-as-maiores-rentabilidade-no-mes.htm](https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/relatorios/renda-fixa-tesouraria/boletim-renda-fixa/carteiras-com-titulos-indexados-a-inflacao-registram-as-maiores-rentabilidade-no-mes.htm). Acesso em: 10 fev. 2021.

AZEVEDO, Pedro Berbert de. **A economia brasileira e o comportamento da taxa de juros de curto prazo e seus impactos no mercado acionário**. 2005. 47 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

BRASÍLIA. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. 2021. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 17 fev. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

## A IMPORTÂNCIA DO TEATRO EM SALA DE AULA

Rebecca Tavares Nishimura Abreu<sup>1</sup>  
Daniella Domingues Alvarenga Marques<sup>2</sup>.

### RESUMO

O teatro consiste em uma das linguagens da arte que constitui a própria história do homem e da comunicação humana, viabiliza possibilidades de vivência e de ressignificação dos sentimentos e situações concretas, fantasiadas ou imaginadas pelo ator, assim é possível verificar a importância e a qualidade desta linguagem artística que pode ser utilizada no processo de ensino aprendizagem como meio para desenvolver seu o senso crítico e autoconsciência do educando. Embora o teatro configure um importante instrumento pedagógico denota-se que é pouco utilizado no espaço escolar, pois exige formação docente na área, inclusive o despreparo referente a metodologia é um reflexo da ausência de formações continuadas ofertadas pelo Estado. Este estudo objetiva explanar acerca dos benefícios, bem como, sobre a importância do teatro, como prática pedagógica em sala de aula. Compreende-se que o teatro contribui para o desenvolvimento da imaginação, criatividade, criticidade e autonomia, além de auxiliar na resolução de situações-problema com base na vivência e na ressignificação. Dessa forma, entende-se que o teatro representa uma ferramenta essencial que deve ser estudada e praticada no espaço escolar na atuação docente.

**Palavras-chave:** Arte; Teatro; Resignificar; Escola, Prática Pedagógica.

### ABSTRACT

Theater is one of the languages of art that constitutes the history of man and human communication, it enables the possibilities of experiencing and reframing feelings and situations that can be concrete, fantasized or imagined by the actor, so it is possible to verify the importance and quality of this artistic language that can be used in the learning process of the student as a means to develop their critical sense and self-awareness. Although theater is an important pedagogical instrument, it is notorious for being used in the school environment, as it requires teacher training in the area, including the lack of preparation regarding the methodology is a reflection of the lack of continuing education offered by the State. This study aims to explain about the benefits, as well as the importance of theater as a pedagogical practice in the classroom. It is understood that theater contributes to the development of imagination, creativity, criticality and autonomy, as well as helping to solve problem-situations based on experience and reframing, thus it is understood to represent an essential tool that should be studied and practiced in the school environment in teaching.

**Keywords:** Art; Theater; Reframe; Middle School.

<sup>1</sup> Profissional Gestora do Centro Cultural RN. Estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia no Centro Universitário Cidade Verde - UniFCV. Estudante do Curso de Graduação em Processos Gerenciais no Centro Universitário Cidade Verde – UniFCV. E-mail: beckanishimura@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá, atualmente é professora no curso de Pedagogia, no Centro Universitário Cidade Verde. E-mail: [daniellaamarques@gmail.com](mailto:daniellaamarques@gmail.com), [prof\\_daniella@unifcv.edu.br](mailto:prof_daniella@unifcv.edu.br).

## INTRODUÇÃO

Compreende-se a arte como ações humanas intencionalmente vinculadas à manifestação de princípios estéticos ou comunicativos que podem ser concretizadas por meio de diversas linguagens aplicadas de forma isolada ou conjunta, como é o caso da pintura, escultura, desenho, arquitetura, música, cinema, dança e teatro. O processo de criação fundamenta-se na percepção do sujeito criador e na forma como expressa suas emoções e concepções, fatores responsáveis por tornar cada obra de arte única. O teatro faz parte do contexto histórico da humanidade, aspecto que é evidenciado no vínculo entre a literatura e a encenação, presente desde a Antiguidade Clássica, na cultura grega antiga, até a atualidade. É importante salientar que o teatro é embasado na literatura e visa garantir a diversão, o entretenimento e a aprendizagem com base na encenação, inclusive mesmo com o advento da tecnologia ele segue em uso e faz parte da cultura e da história.

O uso da arte teatral, assim como de suas técnicas de improviso, é perceptível atualmente em diversas profissões, inclusive entre os educadores que, quando em sala de aula e questionados por educandos acerca das mais diferentes temáticas, tenham elas cunho pessoal ou educacional, precisam antecipar-se em suas respostas evitando assim que a aula siga por um caminho de inibição, ou de ausência de ações sobre os questionamentos. No cotidiano observa-se inúmeras situações rotineiras em que é necessário estabelecer oportunidades de vivências e experiências que ajudam o praticante a ressignificar uma situação, fenômeno e/ou acontecimentos. Como explica Nazareth (2008) ao considerar que a arte é libertária, percebe-se que o teatro é uma das formas de expressão de mais liberdade que existe, pois através dele encontra-se a possibilidade de reviver sentimentos e situações sem preocupações ligadas ao espaço e ao tempo, uma vez que carrega o sujeito a fatos reais ou imaginados, o remete ao resgate da sua subjetividade e da história construída pela humanidade.

Dentre as funções pertinentes às instituições escolares encontra-se o ensino do conteúdo curricular das disciplinas, no entanto essa função não garante que os conceitos, sejam formadores e viabilizem o acesso à cultura, o lazer e à prática de esportes, aspectos que propiciam a integração efetiva dos educandos no meio social. Nesta perspectiva, entende-se o importante papel do teatro na vida dos estudantes, pois ao ser utilizado de forma correta, auxilia no desenvolvimento, desperta o prazer pela leitura, promove a socialização e a comunicação, além disso, proporciona aproveitamento adequado dos conteúdos científicos e coopera para o indivíduo repensar e modificar a sua realidade, visto que possui elementos

lúdicos que integram a liberdade, espontaneidade, aprendizado e o prazer. Reverbel (1979) esclarece que para que o teatro exerça sua real função na educação é necessário que contribua para o desenvolvimento intelectual, emocional e moral do educando, que integre seus desejos e anseios, que respeite as etapas de seu pensamento, que evolua do concreto para o abstrato a fim de favorecer uma visão de vida integral, repleta de descobertas.

Mediante este conteúdo introdutório é possível compreender que o teatro viabiliza o desenvolvimento de diversas esferas do sujeito, por meio da ressignificação de suas vivências, aspecto essencial no universo lúdico das brincadeiras da infância, experiências que são responsáveis pela organização das estruturas mentais das crianças, bem como, do desenvolvimento de habilidades relacionadas à resolução de problemas do cotidiano e/ou do mundo imaginário.

No entanto as técnicas do teatro são pouco utilizadas na esfera educacional, cabendo assim a justificativa da elaboração deste estudo referente a necessidade dos profissionais da educação compreenderem a importância do uso dos métodos e procedimentos teatrais no espaço escolar, a fim de despertar o olhar pedagógico de artistas cênicos entre os professores em sua prática escolar. O estudo utilizou como método de pesquisa a revisão bibliográfica, recorreu a plataformas de confiança como SciELO e Google Acadêmico e optou pela leitura de livros que tratavam do tema como Pedagogia do Teatro, escrito por Narciso Telles, Olga Garcia Reverbel, dentre outras obras relevantes ligadas à temática.

O teatro é uma das linguagens da arte cuja aplicação em sala de aula corrobora com o uso de recursos lúdicos e dinâmicos que viabilizam efetivamente o desenvolvimento das crianças, nesse sentido, o trabalho tem a finalidade de explicar acerca das práticas teatrais e de suas funções, tendo em vista sua aplicabilidade em sala de aula sob a perspectiva pedagógica. Em termos específicos este artigo objetiva esclarecer o contexto histórico do teatro e sua aplicabilidade, explicar sobre sua importância para a humanidade, dissertar acerca dos benefícios que a prática teatral pode ofertar às pessoas, elucidar como o teatro pode contribuir para a prática pedagógica e compreender porque esta linguagem é pouco utilizada no ambiente escolar.

Diante das informações apresentadas entende-se que o teatro, como prática pedagógica, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento do aluno, no entanto, é pouco utilizado no espaço escolar já que exige formação docente na área. Existem atualmente profissionais graduados em artes cênicas, porém essa formação acadêmica não possui preparação pedagógica, sendo assim necessária a realização de um curso de licenciatura no âmbito pedagógico para complementação curricular adequada, a fim de

possibilitar a aplicação da técnica teatral com base nos aspectos educacionais. Já para o profissional da educação, em destaque para o pedagogo, existem cursos de pós-graduação na esfera teatral, embora estes sejam escassos e com custos financeiros, situação que resulta na falta de profissionais educadores que façam uso de técnicas teatrais, ausência de formações continuadas na área, ofertada gratuitamente pelo Estado.

Desta forma este estudo traçou alguns questionamentos relevantes: Sendo o teatro tão importante para o desenvolvimento do educando, nos aspectos social, cultural e afetivo, por que é pouco utilizado em sala de aula? e, de quais formas o teatro pode ser utilizado em sala de aula? Perguntas serão respondidas ao longo do estudo.

Para uma melhor compreensão acerca da temática e melhor aproveitamento do conteúdo optou-se por dividir este artigo em três capítulos. No primeiro capítulo será abordado o contexto histórico do teatro e sua importância com o objetivo de apresentar essa forma de arte. No segundo capítulo serão apresentados os benefícios do teatro para os sujeitos praticantes e participantes. No terceiro e último capítulo serão esclarecidos os aspectos do teatro que podem ser aplicados no espaço escolar, bem como, seus benefícios pedagógicos. O terceiro capítulo será seguido das considerações finais e das devidas referências bibliográficas.

## **TEATRO: SUA IMPORTÂNCIA E ORIGEM**

A importância do teatro no contexto pedagógico indica a necessidade de abordar elementos essenciais ligados a sua linguagem, assim como apresentar o contexto histórico constituído pela humanidade. Sua origem é datada no século V a.C., na Grécia, onde se cultuava o deus grego Dionísio, considerado o deus do vinho e do teatro, nas comemorações em sua homenagem eram encenadas peças de teatro ao público. Inicialmente a concepção de teatro foi relacionada ao espaço físico onde ocorriam as encenações, sendo posteriormente transformada na arte da interpretação (MIRANDA et al, 2009).

Uma tríade é essencial para a efetivação de um espetáculo, sendo composta pelo ator, texto e público, uma vez que o espetáculo só acontece mediante a apreciação do público sobre a interpretação de um texto (MAGALDI, 1986). Nesse sentido entende-se que a encenação deve ocorrer em torno do sujeito, em destaque o ator, que se submete a apresentar e interpretar o texto escrito, integrante que na maioria das peças é o centro das atenções, salvos casos onde são utilizados fantoches ou demais recursos que podem ser subjetivos e explorados na encenação.

A produção do texto deve assegurar a atenção do público, portanto, a construção textual precisa ser assertiva e clara, bem como a construção da encenação que deve priorizar a criatividade e a imaginação. Os autores precisam criar personagens com base na diversidade, nos conflitos, desafios, soluções de conflitos e criatividade que, segundo Coelho (1978) faz parte de todos, tendo em vista que os indivíduos são criativos, diferentemente dos animais. O autor ressalta que a criatividade precisa ser embasada por princípios, entre eles o da produção, da inovação, da invenção, da expressão e do emergente.

Com o passar dos anos surgiram novas tecnologias como: a máquina a vapor, o cinema e a televisão, e o teatro passou por mudanças e foi influenciado por estas inovações, já que os filmes, séries, novelas e programas fizeram uso dos moldes do teatro (MIRANDA et al, 2009). Exemplos dessa adoção encontram-se nas séries americanas que são encenadas e gravadas ao vivo em cenários com plateia, como é o caso da famosa *The Big Bang Theory*, e no Brasil na série *Sai de Baixo*. E, ainda, é possível citar as adaptações de musicais famosos da Broadway para filmes. Observa-se que o teatro possui uma função extensa, pois permite aos sujeitos a oportunidade de refletirem sob vários aspectos da produção da vida e, ainda, renovar sua visão sobre aspectos subjetivos e objetivos do mundo em que está inserido.

A concepção histórica do teatro no Brasil impõe a necessidade de reconhecer as influências sobre as práticas externas provenientes de outras nações e culturas, como é o caso do teatro ocidental. O teatro nacional possui densidade semelhante a das ações em palco europeu, consequência da colonização portuguesa, que influenciou os moldes teatrais até grande parte do século XX, particularmente com aspecto francês, sendo este a essência e referência da compreensão referente a arte e a cultura, sobretudo na noção de cena e na reflexão sobre a historiografia do teatro no país. Brandão (2001) acredita ser lícito afirmar que o contexto teatral brasileiro se deu por grande parte do século XX mediante o alcance da influência prévia lusitana, promovida pelos jesuítas no período da colonização, utilizado como ferramenta de ensino e inspirado na dinâmica da revolução francesa cênica, que o tornou uma atividade comercial no final dos anos 40.

Em uma primeira perspectiva afirma-se que o teatro brasileiro consolidou-se a partir de 1813, com o advento da família real para a colônia e a inauguração do espaço “Real Teatro de São João”, um centro teatral com diversas ações coletivas que traziam diversão ao contexto real. O teatro nacional seguiu estes moldes durante século XIX e na primeira metade do século XX. Brandão (2001) destaca que durante o Império, na Primeira República e na Era Vargas, o teatro tinha essência carioca, por ser o Rio de Janeiro o local de sua primeira

efetivação, aspecto que resultou na instauração de uma base cultural na cidade, que é observada até os dias atuais.

Já em meados de 1940 São Paulo tornou-se o centro teatral do Brasil, com a chegada do Teatro Arena, fundado por artistas formados pela Escola de Arte Dramática em São Paulo, junto ao Teatro Brasileiro de Comédia, fundado em 1948, deu luz ao desenvolvimento teatral paulista, já que este crescimento do setor cênico incitou a formação profissional das artes cênicas tanto para atores como para diretores, cenógrafos, figurinistas, dentre outros.

## OS BENEFÍCIOS DO TEATRO

A linguagem artística do teatro ocorre por meio do estímulo ao questionamento e do diálogo, uma vez que esta modalidade se dá pela troca entre alunos-atores pertencentes a determinado grupo que o pratica, indivíduos que fomentam a socialização entre os educandos e alcançam uma integração que abrange a emoção, o sentimento e a dedicação compartilhada (SPRITZER, 2003). Quando o participante percebe a rotina, imagina a cena e a perspectiva de seu personagem, adentra um ambiente subjetivo, em que idealiza as experiências e as vivências. Para Reverbel (1997) a imaginação da criança participante tende a se desenvolver através dos questionamentos, da criticidade, da autonomia e das descobertas, de maneira que consiga denotar as suas antíteses e recriar seus próprios conceitos. Assim o ato de imaginar uma situação e conseguir realizá-la possui um profundo significado para o aluno, o que o influencia positivamente no âmbito de suas ações perante novas experiências e vivências.

Desse modo, a concepção do teatro surge quando o homem descobre e percebe-se como elemento de observação, quando se vê em ação, por meio da descoberta, pois passa a compreender sua essência, identifica o que não é e imagina o que pode ser construído e/ou conquistado (BOAL, 1996). Reconhecer-se é uma característica do teatro, que permite a observação do sujeito sobre si em ação, contribui para o ato de imaginar momentos e situações diversas e formas de agir e analisar as possíveis alternativas. Aspecto que relaciona-se na perspectiva do autor da obra a ser encenada e questionada pelo ator que se vê e que imagina onde pode chegar, uma aprendizagem proveniente do ensino significativo e da construção de análises por intermédio do conhecimento.

O teatro também é uma ferramenta importante para a releitura ou para a superação da timidez, no entanto, para que o educando se sinta seguro para interpretar o personagem é necessário que tenha acesso a ambientes e climas adequados, bem como espaços de segurança, já que cada aprendiz desenvolve sua autonomia e confiança para a encenação com

base em suas capacidades e nas possibilidades de acesso como confiança, espaço e tempo. Diante dessas informações denota-se o importante papel que o teatro exerce na vida dos alunos, pois conseguem expressar suas emoções e sentimentos ocultos através do personagem encenado, ou seja, ao atuar no palco o sujeito ganha maior confiança e segurança, pois sente capaz em manter a plateia concentrada em sua performance ao admirar sua apresentação. Essa expressão fortalece a autoconfiança e forma uma base firme para a vida adulta (REVERBEL, 1997).

O teatro viabiliza a comunicação e possibilita os sujeitos a presenciarem e a reviverem um acontecimento pertinente em um tempo e local, especialmente porque revive sensações. Cada personagem possui uma personalidade própria e interpreta o mundo de acordo com sua visão sobre a história, assim a função do texto é compreendida e percebida como uma leitura do mundo. O teatro também se sustenta em sua continuidade através de sequências lógicas divididas em atos e cenas. A encenação considera o espaço da dramatização, bem como o tempo em que a narrativa é fundamentada, isso tudo ajustado ao tempo real de apresentação (MIRANDA et al, 2009).

No que concerne à encenação, deve-se ressaltar que os alunos-atores tendem a sentir-se inseguros em um primeiro momento, algo natural, por isso é importante que se crie um ambiente onde se sintam protegidos nos ensaios, momento que gera segurança e torna possível as experimentações, em que erros e acertos podem ser cometidos, pois estão no privado, longe de julgamentos. Essa dinâmica possibilita o educando a sentir-se mais confiante e a envolver-se emocionalmente, na medida em que expressa seus desejos, anseios, medos e frustrações.

Belinky e Gouveia (1990) esclarecem que o educar abrange e integra a personalidade do aluno à sociedade, sua noção crítica e o possibilita amadurecer, processo que é estendido por toda a vida do sujeito, que requer harmonia entre os sentimentos e o intelecto, e que as emoções precisam de treinos que só podem ocorrer mediante a participação real em experiências e vivências na produção da vida. Desta forma, o integrar e o amadurecer avançam fortalecidos pela experiência que o teatro oferta.

## **TEATRO EM SALA DE AULA: BENEFÍCIOS PEDAGÓGICOS**

O teatro carrega em sua concepção o experimentar e o reviver, seu uso no ambiente escolar remete ao educando formas de expressar-se por intermédio de jogos, brincadeiras, atuação e encenação, desse modo, possibilita idealizar um personagem diferenciado do

sujeito-ator e, assim, instiga a descoberta dos valores educacionais e didáticos dos jogos teatrais. A força do teatro equivale a força do sonho, nele é possível aprofundar-se na fantasia do faz de conta, sendo este uma brincadeira que todos vivenciam na infância e carregaram ao longo da vida. O jogo teatral das expressões faz parte da constituição do ser humano, portanto o jogo infantil é uma fonte espontânea de prazer e aprendizagem inesgotável, o brincar ocorreu e ocorre em todos os períodos da evolução do jogo e da humanidade, através da simbologia, da construção, das regras e do drama, sem barreiras sobre cada ação, resultando em um sujeito criativo (SALDANHA, 2000).

Posto isto, incorporar a arte cênica à educação cria a oportunidade do aluno elaborar novos olhares sobre o universo lúdico, além de ter a liberdade de expressar-se, aspecto que permite o desenvolvimento integral dos indivíduos. Desse modo, o teatro amplia a visão da criança, seus horizontes expandem-se, sua autoimagem é trabalhada e aperfeiçoada, de maneira que corrobora com sua fundamentação crítica, tornando-a mais aberta ao mundo. O educando também fica mais receptivo, consegue equilibrar tarefas simultâneas e emprega ao mesmo tempo a linguagem oral, escrita, corporal e dramática.

Tradicionalmente os textos encenados são elaborados ou dirigidos por diretores e roteiristas que adaptam textos de obras literárias, visando compartilhar à população histórias clássicas, importantes para a literatura, mas também existem profissionais que priorizam textos e temáticas criadas pelos próprios alunos, ação que valoriza as produções das crianças e favorece a imaginação e a criatividade. Para Dolci (2003), valorizar a produção do infante é muito importante, pois revela e contracena sobre, e com, a sua visão do mundo e suas experiências.

Em relação ao trabalho coletivo, o estudo compreende que coincide na construção de um momento em que cada sujeito ou o grupo desenvolve-se e formula interdependência às diferenças e ao respeito, nessa perspectiva, o aluno sente que é pertencente a ação desenvolvida no teatro e compreende que existe na arte cênica o aprimoramento de sua subjetividade e que suas ideias são acatadas. Contudo, é importante salientar que a escolha da temática e da peça deve pautar-se em motivações vigentes e de interesse geral, sendo fundamental que os envolvidos criem seus enredos e tenham a oportunidade de dirigir suas próprias criações (DUTRA, 1973).

Miranda (2009) consideram que os espetáculos teatrais no espaço escolar possibilitam luz à vivências e experiências positivas já que a produção de peças pode classificar-se como uma forma de arte pertinente ao teatro no aspecto educacional.

O educador que trabalha com o teatro, em sua prática pedagógica, pode enfrentar problemas como: carga horária insuficiente e/ou quantidade excessiva de alunos, aspectos que são evidenciados nas escolas públicas. Outro fator encontra-se no preconceito para com atividades artísticas, consideradas por muitos como empecilhos para a efetivação das demais atividades intelectuais, por conta disso sua carga horária é, em algumas escolas, bastante reduzida, além disso, muitos educadores não possuem formação para atuar como arte educador. E, mais algumas instituições classificam o teatro como disciplina extra curricular na educação infantil e no Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, ou a consideram apenas uma temática entre muitas a serem trabalhadas sazonalmente na disciplina de Artes, no Ensino Fundamental entre o 6º e 9º ano.

Nesse sentido, para atingir resultados positivos, é importante o educador motivar os educandos a aprofundarem seus conhecimentos na história e nos aspectos e conceitos referente ao teatro, conhecendo sua aplicação em diversas culturas e manifestações artísticas, na medida em que remetem a distintas formas de expressão que podem ser evidenciadas em diferentes maneiras. Manifestações que exteriorizam sentimentos, trazem à tona situações do passado e até mesmo desejos sobre o futuro, nesse sentido, é importante que a motivação seja baseada na liberdade, para que expressões e manifestações espontâneas ocorram e se manifestem.

O estudo compreende que a liberdade é consequência da disciplina, no entanto, é fundamental que essa motivação ocorra sem imposição, pois a liberdade da criança reflete a sua criação e a ausência de liberdade pode gerar problemas de ordem social com consequências negativas para o futuro do indivíduo como: uso de entorpecentes e outras drogas para criatividade, ausência de empatia para a alimentação da autoestima e não reconhecimento sobre suas conquistas por falta de segurança. De acordo com Dominguez (1978) o teatro na escola é uma ação eficiente sobre o ensino da disciplina espontânea, principalmente quando o educador delega aos alunos as funções de liderança e ocupa a posição de mediador nas tarefas, auxiliando nas resoluções de conflitos que buscam superar. Segundo o autor, o professor é fundamental no processo de orientação, pois possui conhecimento, repertório, métodos e técnicas para desenvolver habilidades nos alunos, por meio da aprendizagem significativa, habilidades de ordem cognitiva e/ou emocionais.

Identifica-se que quando a criança tem contato com o os elementos do teatro ela tende a se aceitar, pois aprende a conhecer e a reconhecer suas qualidades e dificuldades, as quais propiciam e ampliam seu processo de desenvolvimento e/ou superação. Nesse contexto, a criança organiza seus sentimentos e ressignifica suas emoções, recupera e fortalece a sua

autoestima. Nesse sentido, o conhecimento liberta, estabelece confiança e valor ao aluno capacitando-o para sua a integração ao grupo que está inserido.

O teatro e as artes cênicas constituem uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento cultural, social e intelectual da criança. Dominguez (1978) considera que o trabalho do teatro na escola deve objetivar a condução dos alunos ao desenvolvimento de aspectos essenciais para a melhoria do desempenho escolar como: concentração, atenção, criatividade, senso crítico, aceitação de regras, autoconhecimento, raciocínio lógico, conhecimento próprio, intuição e reconhecimento de espaço e tempo.

No entanto esta técnica é difícil de ser trabalhada quando o profissional envolvido não possui a formação correta, sendo assim, é importante o profissional buscar desenvolver suas habilidades, por meio de cursos livres de aperfeiçoamento, pós-graduação ou até mesmo uma segunda licenciatura na área, para assim criar atividades que motivem e promovam autonomia e iniciativa.

Diante destas informações, o estudo evidenciou que inserir o teatro como prática pedagógica nas escolas é primordial, porém o profissional deve possuir preparo emocional, intelectual, pedagógico, bem como, conhecimento amplo sobre as técnicas teatrais, na medida em que as técnicas cênicas são complexas. À vista disso, observou-se que as técnicas e métodos utilizados no teatro possuem diversas formas, mas cabe ao educador saber fazer uso de suas possibilidades para desenvolver um trabalho significativo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto esclarece que os primeiros registros do teatro datam do século V a.C., nos festivais destinados ao deus grego Dionísio onde ocorriam diversos eventos voltados ao vinho e as encenações teatrais. A princípio o teatro era reverenciado ao espaço físico, no entanto, observou-se posteriormente a tríade entre ator, texto e público, elucidou-se que esta linguagem da arte transcende o espaço. A arte cênica é considerada a arte da interpretação em que os autores criam personagens que devem ser desenvolvidos com base em uma construção efetiva, pautada na resolução de conflitos e na consciência sobre o contexto histórico da trama.

Este artigo esclarece que o advento da tecnologia influenciou mudanças no teatro, uma vez que os espetáculos de conceito tradicional foram adaptados para as telas e os grandes palcos, sendo veiculados à população até os dias atuais, aliás muitas peças de sucesso são constantemente adaptadas às telas dos cinemas. Seguindo esta lógica identificou-se muitas

metodologias de interação tecnológicas utilizadas no teatro moderno, como ferramentas digitais e aplicativos que utilizam os métodos cênicos.

O estudo evidenciou que o teatro é um recurso e uma prática pedagógica importante para superação da timidez, mas para que o educando participe do processo, é necessário que seja promovido um espaço atrativo e adequado a sua interpretação, bem como o apoio mútuo dos colegas e educadores. É importante que os alunos se sintam protegidos pela intimidade dos ensaios, pois neste momento a experimentação livre é possível e os erros e acertos poderão ser cometidos sem interferir na autoestima do praticante.

Portanto, para que haja integração entre educador, educando e colegas é necessária uma harmonia entre as emoções e o intelecto, em que as emoções necessitam de treinos, que só podem ocorrer mediante a participação real em experiências verdadeiras, que o integre e propicie amadurecimento, em que os alunos possam avançar e fortalecer-se pela experiência da ação teatral.

Este estudo também elucidou que o teatro no espaço escolar remete ao educando formas de expressar-se por intermédio de jogos, brincadeiras e da encenação, tendo em vista a possibilidade de idealizar um personagem diferente do ator, dinâmica que instiga a descoberta e promove valores educacionais que abrangem os jogos teatrais.

Portanto, conciliar a arte cênica à educação oportuniza a descoberta de novas maneiras de conhecer o universo lúdico de crianças e adolescentes, além de propiciar a liberdade de expressar-se, favorecendo o desenvolvimento integral. No entanto, para a aplicação correta desta técnica e de suas dinâmicas é necessário que os cursos de licenciaturas e capacitações continuadas sejam ofertados continuamente aos educadores. Por fim, compreendeu-se que o teatro amplia a visão de mundo dos alunos, o que reverbera em sua autoimagem de maneira que acentua a seu desenvolvimento crítico e reflexivo, favorece o desenvolvimento de habilidades e competências, além da efetivação de um sujeito autônomo que compreende e que atua de maneira efetiva no mundo.

## REFERÊNCIAS

BELINKY, Tatiana; GOUVEIA, Julio. Teatro para crianças e adolescentes. A experiência do TESP. In: Zilberman, Regina. A Produção Cultural para a Criança. Edição nº 04. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1990.

BOAL, Augusto. O arco-íris do desejo: o método Boal de teatro e terapia. Edição nº 01, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1996, p. 27.

BRANDÃO, Tânia. Ora Direis Ouvir Estrelas: historiografia e história do teatro brasileiro. Revista Sala Preta, vol. 01, set. de 2001, pp. 199-217.

COELHO, Paulo. O teatro na educação. Edição nº 01. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1978.

DOLCI, Luciana Netto. O Exercício do Teatro como um Recurso Pedagógico. In: III Congresso Internacional De Educação: Educação na América Latina nestes tempos de Império, ANAIS, nº 13, São Leopoldo: Editora Unisinos, 03 a 05 de setembro de 2003.

DUTRA, Dilza Délia. O Teatro na Escola. Edição nº 02, Florianópolis: Editora Edições da Nação, 1973.

MAGALDI, Sábado. Iniciação ao teatro. Edição nº 03. São Paulo: Editora Ática, 1986, P. 08.

MIRANDA, Juliana Lourenço; ELIAS, Robson Cândido; FARIA, Rômulo Mendes; SILVA, Valquíria Lazara da; FELÍCIO, Wanély Aires de Sousa. Teatro e a Escola: funções, importâncias e práticas. **Revista CEPPG**. Edição nº 20, vol. 01, ano XI, 1º semestre de 2009, pp. 172-181.

NAZARETH, Carlos Augusto. O texto teatral na formação do leitor e o texto teatral como formador de plateia. **Revista Vertente Cultural Teatro Infantil**, julho de 2008 [online]. Disponível em: < <http://vertenteculturalteatroinfantil.blogspot.com/> > Acesso em: 08 de novembro de 2020.

REVERBEL, Olga Garcia. O Teatro na Sala de Aula. Edição nº 02, Rio de Janeiro: Editora J. Olympio, 1979, p. 155.

\_\_\_\_\_. Um Caminho do Teatro na Escola. Edição nº 02, São Paulo: Editora Scipione, 1997.

SALDANHA, Suzana. Teatro na educação. Em Cena Brasil, São Paulo, jun. 2000. Seção Artigos. Disponível em: <<http://www.encena.com.br/artigo02.html>> Acesso em: 13 de novembro de 2020.

SPRITZER, Mirna. A formação do ator: um diálogo de ações. Edição nº 01. Porto Alegre: Editora Mediação, 2003.

## DA FILIAÇÃO E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

Jose Carlos Monteiro<sup>1</sup>

Josyane Mansano<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo não tem o intuito de segregar todo conhecimento que abrange o tema da filiação e as novas configurações familiares, mas de uma maneira sucinta, de forma introdutória, iniciar o debate, apresentando a família tradicional e as mudanças que ocorrem na sociedade, que com o decorrer do tempo são tuteladas pelo direito e se tornam normas de eficácia plena e erga omnes, isto é, contra todos, reforçando a laicidade do estado em atender todas as classes de pessoas, preferências, costumes e crenças, logo que a norma é posta, que se cumpra por toda a sociedade. Destacamos neste ínfimo trabalho, as últimas mudanças no direito civil, o direito de filiação de uma pessoa de ter a possibilidade de ter dois ou mais pais em seu registro de nascimento, que é chamado de pai socioafetivo e ainda tem o poder de participar do direito sucessório em concorrência com os filhos germanos, uterinos, consanguíneos e os naturais, dentre outros. A coparentalidade, multiparentalidade dentre outros termos utilizados para definição de novas formações familiares. Ainda contempla os diferentes tipos de casais e em realce, está o casamento entre pessoas do mesmo século e a união estável com direitos semelhantes ao casamento tradicional. Muito embora o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha autorizado o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a constituição federal continua a dispor de forma contrária, ou seja, não o autoriza e só permite o casamento entre homem e mulher, mas é uma mutação constitucional que foi alterado o entendimento para abranger estes novos tipos de famílias. Na prática, já existia no meio da sociedade, mesmo com um certo preconceito, pois estavam desprovidas de legalidade, causando grandes aborrecimentos na assistência previdenciária e a sucessão. Enfim, longe de querer esgotar o assunto, mas apenas um convite ao debate nestes temas que se tornaram tão polêmicos na atualidade, mas que vai se amoldando ao ritmo da sociedade e o preconceito desaparecendo com o tempo.

**Palavras-Chaves:** Filiação; Homoafetividade; Socioafetivo; Casamento; Coparentalidade.

### ABSTRACT

This article is not intended to segregate all knowledge that covers the theme of sonship and the new family configurations, but rather in an introductory way to start the debate, presenting the traditional family and the changes that occur in society, which over time are protected by

<sup>1</sup> MONTEIRO, José Carlos. Pós Graduando em Advocacia no Direito Privado: direito material e processual Pela UNIFCV. Bacharel em Direito pela Faculdade Cidade Verde - UNIFCV. E-mail: monteyro@msn.com.

<sup>2</sup> Profa. Josyane Mansano (Orientadora): Doutoranda e Mestre em Direito pela Universidade de Marília. Coordenadora do Curso de Pós-graduação em Direito Lato Sensu da UNIFCV. Docente nos curso de graduação e pós-graduação da UNIFCV. Advogada em Maringá - PR. E-mail: [prof\\_mansano@unifcv.edu.br](mailto:prof_mansano@unifcv.edu.br). Currículo Lattes: <https://orcid.org/0000-0002-1019-8159>.

law and become norms of full effectiveness and *erga omnes*, that is, against all, reinforcing the secularity of the state in meeting all classes of people, preferences, customs and beliefs as soon as the norm it is set, to be fulfilled throughout society. We highlight in this tiny work, the latest changes in civil law, the right of membership of a person to have the possibility of having two or more parents in their birth registration, which is called socio-affective parent and still has the power to participate in the right. succession in competition with the German, uterine, consanguineous and natural children, among others. Coparenting, multiparenting among other terms used to define new family formations. Still contemplating the different types of couples, and in particular, is marriage between people of the same century and stable union with rights similar to traditional marriage. Although the Federal Supreme Court (STF) has authorized same-sex marriage, the federal constitution continues to provide the opposite, ie it does not allow and only allows marriage between men and women, but is a constitutional change. that the understanding has been changed to cover these new types of families. In practice, it already existed in the midst of society, even with a certain prejudice, as they were without legality, causing great annoyances in social security assistance and succession. Anyway, far from wanting to exhaust the subject, but only an invitation to debate on these issues that have become so controversial today, but that is shaping to the rhythm of society and prejudice disappearing over time.

**Keywords:** Affiliation; Homoaffectivity; Socio-affective; Marriage; Coparenting.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho demonstra transformações que ocorrem no seio da sociedade com referência ao modelo tradicional do casamento, que através de novas maneiras de relacionamento que surgem, revolucionam os costumes habituais, provocam mudanças na célula básica da nação, que são as famílias, pois as situações e dificuldades enfrentadas obrigam a adequação no comportamento, quer seja na reprodução, chefia da casa, na educação, principalmente nas famílias que convivem em áreas urbanas e também nas áreas rurais, pois com avanço da tecnologia, não é mais necessário grandes famílias para cuidarem da terra.

Segundo Venosa (2017) “A célula básica da família, formada por pais e filhos, não se alterou muito com a sociedade urbana. A família atual, contudo, diferem das formas antigas no que concerne a suas finalidades, composição e papel de pais e mães”.

As famílias reduziram o número de filhos causado pelas dificuldades econômicas e as novas composições familiares, mas em compensação surgiram avanços científicos que possibilitaram aos casais que não conseguiam engravidar, a gerar filhos, através de métodos de fertilização assistida, as chamadas inseminações homólogas e heterólogas, dentre outras, que serão alvos de discussão neste pequeno artigo.

Os termos coparentalidade, multiparentalidade, contraparente, afinidade, filiação socioafetiva, filhos com dois pais, gravidez em casais homoafetivos, etc. São outros temas interessantes presentes neste pequeno artigo.

O mundo mudou novas modalidades de família surgiram inclusive pessoas do mesmo sexo podem constituir família e se tornar pais biológicos, enfim, não existe mais família somente constituída entre pai e mãe e orientada pelo casamento tradicional, existem dezenas de novas configurações familiares dentre elas: multiparental, coparental, pluriparental ou mosaico, parental, homoafetiva, homoparentalidade, etc.

## FILIAÇÃO

A filiação é bem definida nas normas brasileiras e tem a proteção do Estado e da Constituição Federal em diversos artigos, leis infraconstitucionais e no ECA- Estatuto da criança e do adolescente, dentre outros, mas o artigo Art. 227 é um direito fundamental da criança e do adolescente, que retrata os direitos dos filhos. [3](#)

No artigo 3º do ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 1990, dispõe sobre o direito das crianças e dos adolescentes [4](#).

Ainda no mesmo artigo, parágrafo 6º, garante a dignidade do filho e a proibição da discriminação entre filhos adotivos e os legítimos ou qualquer outra designação, filho é filho e tem o mesmo direito, não importa quem os gerou, assim diz este parágrafo: “Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”.

Venosa (2017, p. 238) conceitua a filiação de uma forma sucinta, mas bem objetiva:

Todo ser humano possui pai e mãe. Mesmo a inseminação artificial ou as modalidades de fertilização assistida não dispensam o progenitor, o doador, ainda que essa forma de paternidade não seja imediata. Desse modo, o Direito não se pode afastar da verdade científica. A procriação é, portanto, um fato natural. Sob o aspecto do Direito, a filiação é um fato jurídico do qual decorrem inúmeros efeitos. Sob perspectiva ampla, a filiação compreende todas as relações, e respectivamente sua constituição, modificação e extinção, que têm como sujeitos os pais com relação aos filhos. Portanto, sob esse prisma, o direito de filiação abrange também o pátrio poder, atualmente denominado poder familiar, que os pais exercem em relação aos filhos menores, bem como os direitos protetivos e assistenciais em geral.

---

[3](#)Art. 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

[4](#) Art. 3 ECA criança e ao adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

A paternidade pode ser presumida conforme artigo 1.597 do Código Civil de 2002,<sup>5</sup> caso a criança nasça na constância do casamento nos primeiros 180 dias; nos 300 dias posteriores, depois de desfeito a sociedade conjugal, seja por separação judicial, por morte, nulidade, também pode se presumir a paternidade, mas neste caso, sendo de inseminação artificial, a chamada fecundação artificial homóloga, isto é, quando o espermatozoide é do marido, mesmo que esteja morto no momento do nascimento do filho, é presumido que ele é o pai. No caso do esperma doado por terceiros, e a fertilização for feita com a autorização do marido, também é a paternidade é presumida, esta é a designada por Inseminação Artificial heteróloga.

## RECONHECIMENTO DE FILHOS

O reconhecimento do filho pode ser por ato de vontade ou por ato coativo, que é resultado de uma sentença judicial. Quanto ao não reconhecimento da paternidade, o marido pode contestar, conforme dita o Código Civil Brasileiro em seu artigo 1.601 <sup>6</sup>.

A lei 8.069 (1990), mais conhecida como ECA, ou seja, o Estatuto da Criança e do Adolescente traz à luz as normativas de proteção e regulamentação no trato dos direitos de reconhecimento de filiação dos **infanto-juvenis**.

Os artigos 26 e 27 desta lei retrata o direito de reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento<sup>7</sup>. O capítulo III do Código Civil Brasileiro (2002), que trata do

---

<sup>5</sup> Art. 1.597 CC. Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos: I - nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal;II - nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial, nulidade e anulação do casamento;III - havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido;IV - havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga;V - havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que tenha prévia autorização do marido.

<sup>6</sup> Art. 1601 CC. Cabe ao marido o direito de contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher, sendo tal ação imprescritível. Parágrafo único. Contestada a filiação, os herdeiros do impugnante têm direito de prosseguir na ação.

<sup>7</sup>Art. 26 ECA. Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação. Parágrafo único. O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho ou suceder-lhe ao falecimento, se deixar descendentes.

Art. 27 ECA. O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.

reconhecimento dos filhos, inicia-se no artigo 1.607 ao 1.617 e traz várias situações que envolvem este tema.

O reconhecimento dos filhos tidos fora do casamento é irrevogável e deverá ser feito na certidão de nascimento; por escritura pública ou até por escrito particular, mas deverá estar arquivado em cartório; por testamento; por manifestação perante o juiz e em todos os casos, o reconhecimento não pode ser revogado.

Caso o filho havido fora do casamento pode ser reconhecido antes de nascer e caso venha a morrer e deixar filhos, pode ter reconhecimento posterior, para assegurar o direito de sucessão aos seus descendentes. É necessária a anuência de um dos cônjuges para que um filho ou filha havido fora do casamento venha residir no lar.

Para o reconhecimento de um filho maior de idade, é necessário o consentimento deste e o menor, nos quatro anos posteriores a sua maioridade ou emancipação, poderá impugnar o reconhecimento feito pelos pais quando o filho ainda era menor e esta opção se estende a qualquer pessoa que poderá contestar uma ação de reconhecimento de paternidade ou maternidade.

Diferentemente do passado, pode-se fazer prova de paternidade através do exame de DNA, que é uma prova científica aceita pelos tribunais, na mãe, o parto se comprova a maternidade, mas também pode-se usar a prova científica no caso de dúvidas de troca da criança no berçário, para comprovar a maternidade.

## PLANEJAMENTO FAMILIAR

A lei 9.263/96 regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar e estabelece penalidades e dá outras providências. Em seu artigo 1º esta lei, define quem tem o direito e quem deve decidir sobre o planejamento familiar de ter filhos ou não, ou quantos filhos, é um ato discricionário que o Estado não pode intervir, com fundamento nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana.<sup>8</sup>

O artigo 226, § 7º da Constituição Federal dispõe sobre a família como base da sociedade, devendo ter a proteção especial do Estado<sup>9</sup>. O Código Civil Brasileiro de 2002 reitera a liberdade concedida aos cidadãos no que tange a liberdade dos casais em praticar o

---

<sup>8</sup> ART. 1º, lei 9.263;96. O planejamento familiar é direito de todo cidadão, observado o disposto nesta Lei.

<sup>9</sup> Art. 226, parágrafo 7º CRFB 1988. Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. § 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

planejamento familiar e traz no artigo 1.565 [10](#) outra definição da liberalidade do estado em permitir ao homem e a mulher decidirem a respeito de quantos filhos planejam ter e em seu parágrafo 2º complementa que o Estado deve proporcionar os recursos necessários para a execução do planejamento familiar sem a interferência ou coerção de instituições sejam elas privadas ou públicas, para que seja protegido o direito do casal.

Luiz Barreto Vieira (1993) em seu livro: “Planejamento Familiar”, clareia este tema com a seguinte definição: “O Planejamento Familiar é uma política educativa que visa, sobretudo, a adequar o número de filhos para uma realidade socioeconômica do casal”.

A lei 9.263/96 que foi criada especificamente para regular este direito fundamental com base no artigo 226. § 7º da Constituição federal de 1988, ou seja, o “Planejamento Familiar”. No artigo 2º, o legislador traz o conceito que define com muita propriedade este direito que o Estado outorga neste quesito particular e familiar:

“Para fins desta Lei, entende-se planejamento familiar como o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal”. E em seu Parágrafo único completa a liberdade de escolha, livre e sem interferência estatal: “é proibida a utilização das ações a que se refere o caput para qualquer tipo de controle demográfico.” Sendo assim, este é direito é fundamental para as famílias decidirem sobre a reprodução de sua prole.

Madaleno, em sua obra: Direito de Família, traz uma citação que amplia com mais clareza este tema, pois não consiste apenas em planejar, mas cuidar, educar, sustentar, etc.:

O planejamento familiar é mais amplo do que a expressão “controle de natalidade” e sua natureza técnica e bioética também tem uma dimensão religiosa, que pressupõe uma família a ser livremente construída, sem qualquer óbice para a liberdade de procriar, apesar das dificuldades econômicas, sociais e culturais que interferem na capacitação dos filhos, muitas vezes abandonados e vivendo na pobreza e na marginalidade. (LEPARGNEUR, 1999. p. 115 apud MADALENO, 2018, p. 252).

Dentre as leis especiais, está o ECA, Lei nº 8.069/90, em seu artigo 8º, assegura os direitos das mulheres aos programas públicos de saúde e planejamento reprodutivo, mas sem interferir na decisão de reprodução [11](#).

---

[10](#) Art. 1.565 do CC/2002. Pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família.

Parágrafo 2º O planejamento familiar é de livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e financeiros para o exercício desse direito, vedado qualquer tipo de coerção por parte de instituições privadas ou públicas.

[11](#) Art. 8 ECA. É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Mormente a primeira infância é fundamental para a proteção do Estado, para isso em 2016 foi criada a lei que dá proteção à criança nesta fase da vida, é a lei 13.257, ou seja, é uma lei de Proteção para a Primeira Infância. Ela modifica diversos artigos de leis tais como o ECA, CPP, CLT, dentre outras, para dar melhores condições para as famílias cuidarem de seus filhos.

Ainda o artigo 8º desta lei define o conceito para qual finalidade ela foi criada e como deve ser a assistência da União, Estados, Municípios e o Distrito Federal em favor das crianças na primeira infância<sup>12</sup>.

Este tópico de planejamento familiar é muito extenso e comporta um artigo científico completo, portanto, como o objetivo deste trabalho é apenas debater alguns pontos e não se deter neste tema tão profundo, para isso, fica a sugestão para um título de trabalho de conclusão de curso, para que seja ampliado e enriquecido este conteúdo.

## PRESUNÇÃO DE PATERNIDADE

O dicionário Léxico da língua portuguesa traz a melhor definição do que significa “presunção” para a área do direito: “Conclusão lógica que a lei ou um magistrado deduz, a partir de uma circunstância factual, com a intenção de consolidar uma situação desconhecida”, ou seja, significa uma suposição, uma conjuntura de fatos que levam a presunção de uma possibilidade.

No inciso LVII<sup>13</sup> do artigo 5º da Constituição Federal, temos uma norma que representa bem o que significa uma presunção, ou seja, a presunção de inocência indica que após a sentença final é que se vai dizer se é culpado ou inocente, mas até chegar ao trânsito em julgado, é uma presunção.

A lei 8.560/92 regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e que quando um réu se recusar a fazer o exame de DNA para provar a paternidade

---

<sup>12</sup> Art. 8º Lei 13.257 de 2016. O pleno atendimento dos direitos da criança na primeira infância constitui objetivo comum de todos os entes da Federação, segundo as respectivas competências constitucionais e legais, a ser alcançado em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Parágrafo único. A União buscará a adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios à abordagem multi e intersetorial no atendimento dos direitos da criança na primeira infância e oferecerá assistência técnica na elaboração de planos estaduais, distrital e municipais para a primeira infância que articulem os diferentes setores.

<sup>13</sup> ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

de uma criança, essa atitude gerará a presunção de paternidade como bem define o artigo 2º desta lei<sup>14</sup>.

Sendo assim, caso a pessoa recuse fornecer o material genético para fazer a prova de paternidade, ele fornece para a justiça elementos que pode ser interpretados indicação de que ele é o pai, isto é, pela recusa se presume que ele é o pai, pois caso não queira assumir a paternidade por ter certeza que não é seu filho, basta se submeter ao exame de DNA, pois é um teste científico que tem 99.99% de acerto e por esta razão, caso não queira se sujeitar ao teste, estará dizendo tacitamente para a justiça que nem precisa fazer a prova do DNA, pois tem segurança que ele é o pai da criança, portanto, por sua atitude se presume que ele é o pai, até se provar o contrário.

Ainda no artigo 3º desta mesma lei<sup>15</sup>, é proibido se fazer o reconhecimento de filho em ata no momento da celebração do casamento, mas o parágrafo único deste artigo tem a ressalva que, caso a noiva tenha um filho pré-existente que tenha seu nome de solteira que será modificado com o advento do casamento celebrado, neste caso, ela poderá averbar o nome do filho para o seu novo sobrenome de casada, na certidão de nascimento.

Ainda nas normas regidas por esta lei nº 8.560/92, em seu artigo 1º, traz algumas maneiras de se reconhecer a filiação e seu registro.<sup>16</sup>

Para afastar a presunção de paternidade, existem outras práticas, que vão além do exame de DNA, isto é, caso se prove que no momento da concepção, o cônjuge se encontrava impotente, por exemplo, isto desconsidera a presunção de paternidade, pois caracteriza uma paternidade impossível, tendo em conta que o cônjuge sequer poderia fazer uma penetração vaginal ou fornecer o esperma para fecundação, etc., isto afasta a presunção, como alude o artigo 1.599 do Código Civil Brasileiro de 2002<sup>17</sup>.

Em outra situação emblemática para se presumir a paternidade, está no caso de um filho ser concebido na constância do casamento e o cônjuge não querer assumir, devido sua

---

<sup>14</sup>Art. 2-A da Lei n. 8.560 (1992). Na ação de investigação de paternidade, todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, serão hábeis para provar a verdade dos fatos. (Incluído pela Lei nº 12.004, de 2009).Parágrafo único. A recusa do réu em se submeter ao exame de código genético - DNA gerará a presunção da paternidade, a ser apreciada em conjunto com o contexto probatório. (Incluído pela Lei nº 12.004, de 2009).

<sup>15</sup> Art. 3º E vedado legitimar e reconhecer filho na ata do casamento.

Parágrafo único. É ressalvado o direito de averbar alteração do patronímico materno, em decorrência do casamento, no termo de nascimento do filho.

<sup>16</sup> Art. 1º, Lei 8.560 (1992) O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável e será feito:

I - no registro de nascimento;

II - por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório;

III - por testamento, ainda que incidentalmente manifestado;

IV - por manifestação expressa e direta perante o juiz, ainda que o reconhecimento não haja sido o objeto único e principal do ato que o contém.

<sup>17</sup> A prova da impotência do cônjuge para gerar, à época da concepção, ilide a presunção da paternidade.

esposa ter confessado que ela praticou adultério. Só isso não basta para se afastar a presunção de paternidade, neste caso, apenas um exame genético que poderá provar a não incidência da paternidade por presunção legal. O artigo 1.600 do Código Civil Brasileiro de 2002 traz esta definição sobre essa situação<sup>18</sup>.

Portanto, estas são as principais regulamentações de reconhecimento da paternidade, mas como o direito é uma ciência não exata, juízes podem decidir conforme sua discricionariedade para o melhor interesse de proteção da criança, pois seus direitos fundamentais são protegidos pela Constituição federal e por leis especiais e estatutos.

## FAMÍLIA SOCIOAFETIVA

A família é a célula de uma nação, pois é através dela que se forma novos cidadãos, isto está posto e não há discussão. Mas o que se discute são os novos modelos de família, filiação, etc. Até há pouco tempo, a família era tida como sagrada e composta por homem, mulher e filhos, mas nos últimos anos, vem passando por profundas transformações e o seu significado vem sendo alterado de acordo com o ambiente e o momento histórico atual em que vivemos, onde apareceram diversas configurações familiar, deixando o tradicionalismo no passado e a sociedade, mesmo os mais conservadores, tem aceitado gradualmente estas mudanças que ocorrem e pelo que se apresenta, não tem volta, mas vem avançando com propostas de projetos de leis diversas, como alguns Estatutos da Família, mutação constitucional, para poder adequar a situação à nova realidade.

Segundo Dias (2016, p. 83), “a afetividade é o princípio que fundamenta o direito das famílias na estabilidade das relações socioafetivas e na comunhão de vida, com primazia em face de considerações de caráter patrimonial ou biológico.”

A evolução histórica da família traz o afeto para o centro da discussão jurídica, fatos que antes ocorria com frequência e não eram observados e nem tratados pelo direito. Contudo, com o avanço das leis neste sentido tem evoluído rapidamente em relação aos laços familiares.

Já Madaleno (2018), traz a ideia da reconstituição familiar, ele também afirma que: “o Direito de Família e o vigente Código Civil não se prepararam para regulamentar os diversos efeitos decorrentes das famílias reconstituídas.” Este autor ainda aduz que:

---

<sup>18</sup> Não basta o adultério da mulher, ainda que confessado, para ilidir a presunção legal da paternidade.

A inquestionável dinâmica dos relacionamentos sociais quebrou a rigidez dos esquemas típicos de família, especialmente aquela centrada exclusivamente no casamento e permitiu que se desenvolvessem novos modelos familiares, com famílias de fato ou do mesmo sexo, paralelas ou reconstituídas, enfim, e como visto, simplesmente não há mais como ser falado em um único modelo de família, restando incontroverso o pluralismo familiar, não sendo por outra razão que a doutrina defende a utilização da expressão *famílias* para caracterizar a multiplicidade dessas entidades, no lugar apenas da legítima família conjugal, certificada exclusivamente pelo casamento. (MADALENO, 2018, p. 50)

A diversidade de famílias é um fato inquestionável e o direito corre atrás de regulamentar, mesmo que de uma maneira prejudicada pela falta de legislação, o judiciário se antecipa e regula precariamente alguns parâmetros familiares, para que não fique totalmente desguarnecido o direito familiar que ora se desponta com maior frequência no seio da sociedade.

Com o intuito de proteger o direito da dignidade da pessoa humana dos membros que compõe a família, respeitando a individualidade e a diversidade, chegou ao Supremo Tribunal Federal a ADPF 132-RJ, ADI 4.277-DF em defesa do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, ou seja, a união estável homoafetiva.

EMENTA: 1. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF). PERDA PARCIAL DE OBJETO. RECEBIMENTO, NA PARTE REMANESCENTE, COMO AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. UNIÃO HOMOAFETIVA E SEU RECONHECIMENTO COMO INSTITUTO JURÍDICO. CONVERGÊNCIA DE OBJETOS ENTRE AÇÕES DE NATUREZA ABSTRATA. JULGAMENTO CONJUNTO. Encampação dos fundamentos da ADPF nº 132-RJ pela ADI nº 4.277-DF, com a finalidade de conferir “interpretação conforme à Constituição” ao art. 1.723 do Código Civil. Atendimento das condições da ação. 2. PROIBIÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO DAS PESSOAS EM RAZÃO DO SEXO, SEJA NO PLANO DA DICOTOMIA HOMEM/MULHER (GÊNERO), SEJA NO PLANO DA ORIENTAÇÃO SEXUAL DE CADA QUAL DELES. A PROIBIÇÃO DO PRECONCEITO COMO CAPÍTULO DO CONSTITUCIONALISMO FRATERNAL. HOMENAGEM AO PLURALISMO COMO VALOR SÓCIO-POLÍTICO-CULTURAL. LIBERDADE PARA DISPOR DA PRÓPRIA SEXUALIDADE, INSERIDA NA CATEGORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO INDIVÍDUO, EXPRESSÃO QUE É DA AUTONOMIA DE VONTADE. DIREITO À INTIMIDADE E À VIDA PRIVADA. CLÁUSULA PÉTREA<sup>19</sup>

Até o concubinato recebeu proteção jurídica, pois o STF reconheceu a existência de repercussão geral em casos de rateio de pensão por morte de servidor público, “no caso da existência de concubinato impuro de longa duração, no que tange à proteção do Estado no art.

---

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.stf.gov.br>. Supremo Tribunal Federal a ADPF 132-RJ, ADI 4.277-DF. Acesso em 18 de agosto de 2019.

226, § 3º da Constituição Federal. (RE 669465 RG, pelo relator Ministro Luiz Fux, julgado em 8-03-2012, Acórdão Eletrônico DJe-202-15-10-2012).”

## PATERNIDADE SOCIOAFETIVA

O termo “Paternidade socioafetiva” corresponde a convivência de um pai que mantém um relacionamento de afetividade com uma criança que não é seu filho biológico. Dias (2016, P. 166) traz um exemplo que explica na prática como funciona este relacionamento socioafetivo.

É o caso da mãe que, deliberadamente, opta por não revelar ao genitor a sua gravidez e acaba casando com outro homem, com quem mantinha relacionamento afetivo. O marido cria o filho como seu, configurando uma paternidade socioafetiva, o que inviabiliza o genitor de, ao saber da verdade, exercer o seu direito de pai.

O artigo 1.593 do Código Civil Brasileiro de 2002, trata das relações de parentesco.<sup>20</sup> Essa expressão, “civil, outra origem,” são terminologias que podem ser enquadradas à paternidade socioafetiva (VENOSA, 2017, p. 231). Ele informa que: “Toda essa elasticidade de interpretação é doutrinária e jurisprudencial. Melhor seriam que o legislador tivesse acolhido expressamente esses novos aspectos.”

Por falta de norma regulatória no acervo jurídico brasileiro, o Superior Tribunal Federal julgou o Recurso extraordinário 898.060 de 2016 que regulamenta a paternidade socioafetiva e a pluriparentalidade é explicado dentro da própria ementa do RE 898.060, no tópico 14 e 15, ou seja, viabiliza a criança ter em seu registro de nascimento a presença de dois pais, sendo o pai biológico e o pai socioafetivo:

14. A pluriparentalidade, no Direito Comparado, pode ser exemplificada pelo conceito de “dupla paternidade” (dual paternity), construído pela Suprema Corte do Estado da Louisiana, EUA, desde a década de 1980 para atender, ao mesmo tempo, ao melhor interesse da criança e ao direito do genitor à declaração da paternidade. Doutrina.

15. Os arranjos familiares alheios à regulação estatal, por omissão, não podem restar ao desabrigo da proteção a situações de pluriparentalidade, por isso que 5 merecem tutela jurídica concomitante, para todos os fins de direito, os vínculos parentais de origem afetiva e biológica, a fim de prover a mais completa e adequada tutela aos sujeitos envolvidos, ante os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e da paternidade responsável (art. 226, § 7º).

---

<sup>20</sup> ART. 1.593 CC. O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem.

Ementa do Recurso Extraordinário 898.060 de 2016.

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. DIREITO CIVIL E CONSTITUCIONAL. CONFLITO ENTRE PATERNIDADES SOCIOAFETIVA E BIOLÓGICA. PARADIGMA DO CASAMENTO. SUPERAÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988. EIXO CENTRAL DO DIREITO DE FAMÍLIA: DESLOCAMENTO PARA O PLANO CONSTITUCIONAL. SOBREPRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA (ART. 1º, III, DA CRFB). SUPERAÇÃO DE ÓBICES LEGAIS AO PLENO DESENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS. DIREITO À BUSCA DA FELICIDADE. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL IMPLÍCITO. INDIVÍDUO COMO CENTRO DO ORDENAMENTO JURÍDICO-POLÍTICO. IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DAS REALIDADES FAMILIARES A MODELOS PRÉ-CONCEBIDOS. ATIPICIDADE CONSTITUCIONAL DO CONCEITO DE ENTIDADES FAMILIARES. UNIÃO ESTÁVEL (ART. 226, § 3º, CRFB) E FAMÍLIA MONOPARENTAL (ART. 226, § 4º, CRFB).VEDAÇÃO À DISCRIMINAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO ENTRE ESPÉCIES DE FILIAÇÃO (ART. 227, § 6º, CRFB). PARENTALIDADE PRESUNTIVA, BIOLÓGICA OU AFETIVA. NECESSIDADE DE TUTELA JURÍDICA AMPLA. MULTIPLICIDADE DE VÍNCULOS PARENTAIS. RECONHECIMENTO CONCOMITANTE. POSSIBILIDADE. PLURIPARENTALIDADE. PRINCÍPIO DA PATERNIDADE RESPONSÁVEL (ART. 226, § 7º, CRFB). RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. FIXAÇÃO DE TESE PARA APLICAÇÃO A CASOS SEMELHANTES.

O vínculo da paternidade e filiação socioafetiva estabelece os mesmos direitos sucessório dos filhos biológicos, resguardando os direitos fundamentais e os princípios constitucionais do artigo 227 da Constituição federal.

## **DIVERSIDADE DE FILHOS**

Diferentemente do passado recente, onde existia apenas a fertilização natural que ocorria de uma relação sexual entre um homem e uma mulher, mas atualmente a ciência genética tem atingido um grande avanço, incrementando novas maneiras de fertilização assistida. Novos termos surgiram com este avanço genético, tais como: Inseminação Artificial Homóloga e Heteróloga.

Com todos estes avanços, novos termos jurídicos também surgiram para associar a diversidades de filiação, ou seja, nomes como filiação socioafetiva, filhos com dois pais, gravidez em relacionamentos de casais homoafetivos, etc. Juridicamente estes termos foram associados devido as mudanças nominativas nas novas filiações devido as novas formações dos casais.

## INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HOMÓLOGA

No Código Civil Brasileiro, em seu artigo 1.597, III<sup>21</sup>, se convencionou denominar de fertilização assistida a fecundação artificial homóloga, ou seja, mesmo com o marido falecido, pode-se utilizar seu esperma congelado para fazer este tipo de fecundação artificial homóloga.

A fecundação praticada por uma mulher, com sêmen do seu próprio esposo, é perfeitamente aceito e não agride os princípios da moral e do direito, inclusive, pelo motivo de impotência sexual.

## INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HETERÓLOGA

Com a formação de família homoafetivas, ou seja, pessoas do mesmo sexo, existe a impossibilidade de gerar filhos entre o casal, para tanto, é necessária uma barriga de aluguel, termo vulgar para a gravidez chamada de sub-rogação ou gestação de substituição.

Este processo é uma necessidade para quem não pode ter filhos, nos casos de mulheres estéreis ou as que não conseguem engravidar e os casais homoafetivos ou mulher solteira. Nos casais héteros, é imprescindível que a pretendente tenha um problema médico que a impeça de engravidar.

Não há normas regulatórias neste sentido no Brasil que regule a assistência de terceira pessoa para hospedar a sub-rogação, existe apenas a Resolução CFM nº 2.168/2017 do Conselho Federal de Medicina que autoriza a RA (Reprodução assistida) para a gestação de substituição, vulgarmente conhecida como barriga de aluguel, mas o termo mais utilizado é o de “barriga solidária”.

É proibida a cobrança pecuniária para gerar filhos através da gestação de substituição e ainda deve ser executado por parentes de um dos cônjuges com parentesco consanguíneo até o quarto grau, conforme esta resolução do CFM, quem poderá fornecer a gestação de substituição, são: “(primeiro grau – mãe, filha; segundo grau – avó, irmã; terceiro grau – tia, sobrinha; quarto grau – prima). Demais casos estão sujeitos à autorização do Conselho Regional de Medicina.”

A omissão dos legisladores com relação a problemática dos casais homoafetivos obriga o judiciário e os conselhos de justiça regular o direito. O direito destes casais de ter

---

<sup>21</sup> Art. 1.597, III - havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido

filhos e o posterior registro não havia nenhuma norma que regulamentasse e permitisse que os casais regularizasse a certidão de nascimento como pais biológicos, sendo assim, no dia 15 de março de 2016, O CNJ-Conselho Nacional de Justiça publicou um Provimento, nº 52, que regulamentou o direito de pais homoafetivos serem homoparental, isto é, ter o direito de registrarem seus filhos e constar seus nomes como pais biológicos dos filhos tidos através da reprodução assistida.

Depois deste provimento, todos os cartórios do Registro Civil de Pessoas Naturais, seguindo os procedimentos estabelecidos neste provimento nº 52 do CNJ.

Para se aplicar esta metodologia de reprodução assistida em barriga solidária, utiliza-se um termo de consentimento da pessoa que hospedará a gestação de substituição e quando ela for casada ou viver em união estável, o cônjuge também deverá assinar o termo de consentimento. Além disso, deverá ser feito um laudo médico que ateste o perfil psicológico de todos os envolvidos e ainda os beneficiários deverão dar todas as garantias de acompanhamento médico para a mulher que cederá seu útero temporariamente durante a gestação, no parto e pós-parto e o registro civil do bebê.

Para fazer procedimento de registro da criança, é necessária uma declaração com o nome da mãe atestando o nascimento da criança viva, certidão de casamento ou escritura pública de união estável, termo de consentimento por instrumento público ou particular com firma reconhecida e declaração do centro de reprodução humana e aos pais biológicos utilizando estes procedimentos pode fazer o registro de nascimento definitivo que constem seus nomes como pais biológicos.

## HOMOPARENTALIDADE

O que é homoparentalidade? O conceito desta nova denominação significa: “um neologismo criado em 1997 pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL), em Paris, nomeando a situação na qual pelo menos um adulto que se autodesigna homossexual é pai ou mãe de, no mínimo, uma criança”, (ZAMBRANO, LOREA, MYLIUS E MEINERZ, 2006, p. 12)

O século XXI pode ser considerado pelos casais homoafetivos como o mais promissor, devido ao avanço global alcançado. O marco deste movimento teve início na década de 90, segundo o portal O Globo.com, “No dia 17 de maio de 1990, a homossexualidade foi retirada da lista de classificação de doenças pela OMS. A data é celebrada como o Dia Internacional do Combate a LGBTFOBIA.”

A regulamentação da homoparentalidade pelo CNJ através da resolução CFM nº 2.168/2017 é bem recente, mas esta resolução revogou e ampliou a resolução anterior do CFM 2121/2015, que esta por sua vez também revogou a outra resolução do CFM 2013/2013 e também ampliou os direitos, mas o reconhecimento da união estável de casais homoafetivos, ocorreu em 2011 através da ADI 4.277 e ADPF 132.

No tópico anterior foi tratado sobre a inseminação artificial heteróloga, mas devido o assunto ser vasto, para complemento do raciocínio, incluímos a homoparentalidade, que Maria Berenice Dias (2016, p. 680) explica em poucas palavras o direito sobre este tema tão importante da homoparentalidade.

Apesar da ideologia da família patriarcal, não é requisito indispensável para haver família que haja homem e mulher, pai e mãe. Não se podem fechar os olhos e acreditar que os casais de pessoas do mesmo sexo, por não disporem de capacidade reprodutiva, simplesmente não têm filhos. Essas uniões, que passaram a ser chamadas de homoafetivas, constituem-se da mesma forma que as uniões heteroafetivas.

Fatos interessantes sobre este tema e a dificuldade que os casais homoafetivos e a homossexualidade enfrentaram e enfrenta em diversas partes do mundo, são relatados neste tópico sobre homoparentalidade.

Os autores Zambrano, Elizabeth; lorea, Roberto; mylius, Leandra; meinerz, Nádia e Borges, Priscila da cartilha denominada: O direito à homoparentalidade, cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais. Lançado no ano de 2006, cinco anos antes de qualquer direito ser expresso no Brasil, o judiciário suprindo a falta de normas do legislativo, o pleno do Supremo Tribunal Federal, na sessão de julgamento de 5 de maio de 2011, reconheceu e qualificou como entidade familiar a união estável homoafetiva (ADI 4.277 e ADPF 132); posteriormente as resoluções do CFM foi ampliando os direitos e chegou na homoparentalidade, ou seja, o direito dos casais homoafetivos se tornarem pais biológicos.

Esta cartilha representava um avanço neste tema para a época, pois segundo os autores estas questões relacionadas ao homossexualismo eram tratadas com preconceito e muito timidamente se falava publicamente sobre o assunto, e apenas na última década que antecede ao lançamento desta cartilha em 2006, é que o tema começou a ser discutido com mais frequência pelos doutrinadores corroborando com a mudança comportamental, tornando mais visível para a sociedade, que predominava certo preconceito.

A história está recheada de casos de perseguição que ocorreram durante séculos, inclusive nos dias atuais, em vários países onde predomina a cultura mulçumana dentre

outras, como no Irã e mais 5 países, esta prática é proibida e punida com pena de morte e em mais de 70 países, é proibido esta prática, que para maior compreensão dos fatos, é necessária uma leitura mais aprofundada que inclusive possui um vídeo neste link do rodapé.

No dia 13 de junho de 2019, em julgamento da ADO 26 e do MI 4733 o STF enquadrou a homofobia e a transfobia como crime de racismo, com a justificativa da omissão do Congresso Nacional de elaborar leis que proteja esta minoria.

Decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, ADO 26 e do Mandado de Injunção, MI 4733 em 13/06/2019:

O Tribunal, por unanimidade, conheceu parcialmente da ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Por maioria e nessa extensão, julgou-a procedente, com eficácia geral e efeito vinculante, para: a) reconhecer o estado de mora inconstitucional do Congresso Nacional na implementação da prestação legislativa destinada a cumprir o mandado de incriminação a que se referem os incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição, para efeito de proteção penal aos integrantes do grupo LGBT; b) declarar, em consequência, a existência de omissão normativa inconstitucional do Poder Legislativo da União; c) cientificar o Congresso Nacional, para os fins e efeitos a que se refere o art. 103, § 2º, da Constituição c/c o art. 12-H, *caput*, da Lei nº 9.868/99; d) dar interpretação conforme à Constituição, em face dos mandados constitucionais de incriminação inscritos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Carta Política, para enquadrar a homofobia e a transfobia, qualquer que seja a forma de sua manifestação, nos diversos tipos penais definidos na Lei nº 7.716/89, até que sobrevenha legislação autônoma, editada pelo Congresso Nacional.[...]

Com tanto revés na história dos homossexuais e afins, a conquista do direito de ser uma família com os mesmos direitos dos heterossexuais, inclusive para gerar filhos dentro da relação e poder registrar como pais biológicos, ou seja, o direito à homoparentalidade foi um grande ganho de direitos para a classe, pois permitiu a realização de muitos pais homoafetivos, de ter o mesmo direito dos casais héteros no quesito de ter seus próprios filhos, seja consanguíneos ou adotivos.

## PLURIPARENTAL OU MULTIPARENTAL

A composição de família acompanha as mudanças da sociedade, depois da regulamentação do divórcio que foi instituído oficialmente com a emenda constitucional número 9, de 28 de junho de 1977, regulamentada pela lei 6515 de 26 de dezembro do mesmo ano.

A facilitação de dissolução ocorreu com a lei nº 11.441/07, permitindo qualquer casal que desejar obter o divórcio de forma consensual, ou seja, em comum acordo, e que não

possua filhos menores de 18 anos, podem solicitar a separação **DIRETAMENTE NO CARTÓRIO EXTRAJUDICIALMENTE, FATO QUE IMPULSIONOU O DIVÓRCIO COM MAIS CELERIDADE E** também a mudança na Constituição federal, no parágrafo 6º do artigo 226 que foi alterado pela Emenda Constitucional 66 de 2010 que retirou o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos contribuiu consideravelmente a quantidade de casais que desfizeram seus casamentos.

Isto originou novas uniões de pessoas divorciadas que já possuíam filhos e causou grande miscigenação de famílias que ganhou diversos nomes tais como pluriparental, multiparental, composta, mosaico, bi nuclear, etc. Isto é uma tentativa de identificação das novas famílias que é resultado das novas relações parentais.

O Art. 1.593 do Código Civil Brasil de 2002 deixa em aberto a designação de filiação que não seja de consanguinidade, ou seja, “ou outra origem”. Dentro desta palavra podem-se enquadrar diversas filiações, dentre elas, a filiação por afetividade ou socioafetiva, que resulta da convivência de um padrasto ou madrasta com seu enteado (a).

Segundo a doutrinadora Maria Berenice Dias (2016), a lei admite a possibilidade de se adotar o filho unilateralmente o filho de seu novo cônjuge, conforme expressa o artigo 41, § 1º da ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente).[22](#)

O Provimento nº 63/2017 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ admite a multiparentalidade, isto é, o reconhecimento Extrajudicial da Paternidade Socioafetiva e da multiparentalidade, ou melhor, mais de um pai ou não na certidão de nascimento. O despacho deste provimento ocorreu em 20 de novembro de 2017 e na sequência, a íntegra do provimento:

A Corregedoria Nacional de Justiça, no âmbito de sua competência, editou o Provimento nº 63, de 14 de novembro de 2017 (DJe de 17 de novembro de 2017), que institui modelos únicos de certidão de nascimento, casamento e de óbito, a serem adotadas pelos escritórios de registro civil de pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro “A” e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida.

---

[22](#) Art. 41, parágrafo 1 ECA. A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais. § 1º Se um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou concubino do adotante e os respectivos parentes.

A partir da Constituição Federal brasileira de 1988 houve rapidez nas grandes transformações nos relacionamentos, tanto para formar como para o desfazimento do casamento através do divórcio, que segundo o Portal ANOREG/BR<sup>23</sup> da Associação dos Notários e Registradores do Brasil, em 2017 bateu o recorde de 373.216 divórcios.

A legislação está atrasada com relação as novas configurações de famílias, pois pela rapidez que elas ocorrem, na maioria das vezes o judiciário precisa entrar em cena para definir direitos pela omissão dos parlamentares.

## COPARENTALIDADE

O artigo 226 da Constituição Federal inovou as formas de proteção familiar ao elidir o casamento como única forma de se englobar a base das novas construções familiares e desde então, abriu-se o caminho para novas formações familiares.

Dentre as inovações familiares surgidas, a coparentalidade definitivamente define um novo tipo de relacionamento, diferente do casamento, união estável ou qualquer outro tipo convivência, ou seja, é uma nova maneira de ser pais sem o comprometimento conjugal e sem a convivência com a responsabilidade marital, e não pode ser confundido com produção independente, nem de pais separados ou de família homoafetiva.

Este termo “Coparentalidade” já era utilizado para pais casados com filhos e que estão separados judicialmente e compartilham a criação do(s) filho(s), ou seja, são co-pais que tem a mesma responsabilidade de criação, mas o que trata este artigo, difere da maneira como o relacionamento é gerido.

Atualmente no Brasil e no mundo, existem diversos sites especializados e também nas redes sociais, páginas que fomentam o incentivo ao encontro de pessoas que desejam implementar a coparentalidade com o intuito de promover o encontro de pessoas que tem o mesmo perfil e que desejam ter filhos sem compromisso marital, apenas querem ser coparentais.

Em uma conclusão sobre o resultado da pesquisa, é ainda reiterado que:

Apesar de se ter avançado, em termos de pesquisa, na compreensão da natureza e magnitude das relações entre esses subsistemas, bem como nas suas inter-relações e reverberações no desenvolvimento de crianças e adolescentes, essas conexões ainda não foram suficientemente explicadas. Os resultados empíricos são, ainda,

---

<sup>23</sup> <https://www.anoreg.org.br/site/2018/11/21/clipping-assis-city-disparam-os-casos-de-divorcio-em-tupa-sp/>

heterogêneos e atribuem poder explicativo preponderante sobre os sintomas dos filhos, ora às variáveis da conjugalidade, ora às da parentalidade (DAVIES, STURGE-APPLE, & CUMMINGS, 2004b; GERARD et al., 2006) e apontam, também, a necessidade de se atentar ao papel da coparentalidade (MCHALE et al., 2004; MORRIL, HINES, MAHMOOD, & CORDOVA, 2010). Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi avaliar as associações das variáveis da conjugalidade, da parentalidade e da coparentalidade com sintomas internalizantes e externalizantes dos filhos.

A coparentalidade por ser uma forma de relacionamento aberta e recente, ainda demandam muitos estudos para se concluir os efeitos na vida das crianças que foram planejadas para viverem sem a presença de um dos cônjuges em seu dia a dia, ainda que há pressupõe de guarda compartilhada, mas há muitos casos de pais que vivem em diferentes cidades e diferentes estados e a presença de um dos cônjuges pode ser psicologicamente prejudicial para os filhos pela ausência mais prolongada, mas ainda não há estudos conclusivos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do tema proposto foi atingido, pois como é um campo vasto para se aprofundar, foram delineados apenas dois temas, ou seja, “Da Filiação e as Novas Configurações Familiares” e foi explorado conforme proposto.

É uma pesquisa bibliográfica, com uma abordagem quali-quantitativa, pois pela profundidade do assunto, foi necessário o auxílio de doutrinadores especializados no tema e concomitantemente o auxílio da internet, devido alguns temas serem muito recentes, pouquíssima doutrina abordam todos os conteúdos proposto.

O objetivo específico era tratar exclusivamente dos tipos de filiações e as novas configurações familiares que surgiram depois da Constituição Federal de 1988. Foram várias e algumas muito recente que estão sendo moldadas pela sociedade e ainda não existe normatividade que regulamente, tais como a coparentalidade e a multiparentalidade.

Foi confirmada a hipótese delineada de que não seria segregado todo o assunto, pela vastidão do tema e a pesquisa fica aberta para serem agregados novos valores para corroborar com as futuras gerações que muitos deles são frutos do que foi declarado neste pequeno artigo.

O maior problema encontrado são as literaturas que ainda não abordam todo o tema pretendido e isto dificulta a profundidade de alguns pontos apresentados.

As limitações se deram pelo tempo e pelo espaço, ou seja, temas como a coparentalidade, autores de renomes em suas últimas edições nem mencionam, pois, este assunto foi um dos mais relevantes pela proposta do modelo inusual de duas pessoas planejarem ter filhos. Outro tema interessante a pluralidade de pais, pois as certidões aceitam mais de um pai ou mãe na certidão, ou seja, a paternidade socioafetiva. São temas recentes e muito fascinantes.

Recomendo a quem optar por continuar a escrever estes temas, que agreguem outros relacionados, que já são realidade no seio da sociedade que em breve terá vasta literatura, pois o ser humano não tem limites para reinventar novas formas de filiação e modelos de famílias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUMPCÃO, Letícia Franco Maculan e Assumpção Isabela Franco Maculan Portal do MPPR – O grande avanço representado pelo Provimento nº 52/CNJ, <http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-1948.html> - acesso em 13 set. 2019.

BERGAMO, Karolina, Artigo: **Como evitar a gravidez indesejada, planejar é preciso**, Revista Saúde, Editora Abril, 31 de outubro de 2018, Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/para-evitar-a-gravidez-indesejada-planejar-e-preciso/>, acesso em 25 ago. 2019.

DIAS, Maria Berenice, **Manual de Direito das Famílias**, 11ª Ed. – São Paulo, Editora Revistas do Tribunais: 2016.

FRANÇA, Genival veloso, **Direito Médico**, 12ª Ed. – Rio de Janeiro, Editora Forense, 2014.

MOSMANN, Clarisse Pereira; COSTA Crístofer Batista da; EINSFELD, Priscila; SILVA, Allana Gessiele Mello da; KOCH, Cristiane - **Conjugalidade, parentalidade e coparentalidade: associações com sintomas externalizantes e internalizantes em crianças e adolescentes**, disponível em – acesso em 16 set. 2019.

MADALENO, Rolf, **Direito de Família**, 8ª Ed. – Rio de Janeiro, Editora Forense, 2018.

RAMOS, Patricia Pimentel de Oliveira Chambers, **Poder familiar e guarda compartilhada: novos paradigmas do direito de família** – 2ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2016.

PORTAL ANOREG/BR DA ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO BRASIL. <https://www.anoreg.org.br/site/2018/11/21/clipping-assis-city-disparam-os-casos-de-divorcio-em-tupa-sp/> - acesso em 15 set. 2019.

PORTAL DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, **RESOLUÇÃO CFM nº 2.168/2017**, <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2017/2168> - acesso em 12 set. 2019.

**PORTAL MUNDO DO ADVOGADO**, O que diz a lei sobre barriga de aluguel no Brasil, <https://www.mundoadvogados.com.br/artigos/o-que-diz-a-lei-sobre-barriga-de-aluguel-no-brasil> – acesso em 12 set. 2019.

PORTAL STF, **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão**, disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053> – acesso em 13/09/2019  
Portal do CNJ-Conselho Nacional de Justiça, **Provimento nº 63/2017**, disponível no link: [https://www.cnj.jus.br/files/atos\\_administrativos/provimento-n63-14-11-2017-corregedoria.pdf](https://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/provimento-n63-14-11-2017-corregedoria.pdf) - acesso em 15 set. 2019.

PORTAL DO IBOPE, Pesquisa: **Índice de Conservadorismo Brasileiro**, executado em 15 de abril de 2018 Pelo Ibope Inteligência. Disponível em: <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/cresce-o-grau-de-conservadorismo-do-brasileiro-em-alguns-temas/> Acesso em 25 ago. 2019.

VADE MECUM SARAIVA. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Lívia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha – 19ª ed. atual e ampl.. – São Paulo: Editora Saraiva, 2019.

VENOSA, Silvio de Salvo, **Direito Civil, Família**, 17ª Ed. São Paulo, Editora Atlas, 2017.

VIEIRA, Luiz Barreto, **Planejamento Familiar**, Editora Mnêmio Túlio, Salvador, BA, 1993.

ZAMBRANO, Elizabeth; Lorea, Roberto; mylius, Leandra; meinerz, Nádia e borges, Priscila, **O direito à homoparentalidade, cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais**. 1ª Ed. - Porto Alegre, Editora IAJ, 2006.

## EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO NO CAMPO

Alessandra Lima Amma<sup>1</sup>

Andre Dias Martins<sup>2</sup>

### RESUMO

Historicamente a educação especial assim como a dos povos do campo sofreram inúmeras barreiras para se realizar dentro de espaços institucionalizados, de maneira que sirva para emancipar seus sujeitos. Atualmente a legislação prescreve o atendimento educacional especializado para alunos portadores de necessidades educacionais especiais matriculados na rede de ensino regular a fim de contribuir para promoção do desenvolvimento da escolarização desde a educação infantil ao ensino superior. O objetivo deste estudo foi analisar a educação especial na perspectiva da inclusão em sua transversalidade com a educação do campo. Os resultados revelam a existência significativa de matrículas de alunos com necessidades especiais que até então estavam totalmente excluídos. Observou-se muitas dificuldades em efetivar as políticas prescritas para essa demanda, uma necessidade de aprofundamento teórico e mudanças na prática em nível ideológico e cultural de toda comunidade escolar, principalmente no campo.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Educação no campo. Inclusão.

### ABSTRACT

Historically special education as well as that of the rural people have suffered numerous barriers to be realized within institutionalized spaces, in a way that serves to emancipate their subjects. Currently, the legislation prescribes the specialized educational service for students with special educational needs enrolled in the regular education network in order to contribute to the promotion of the development of schooling from kindergarten to higher education. The objective of this study was to analyze special education in the perspective of inclusion in its transversality with the education of the field. The results reveal the significant existence of enrollments of students with special needs that until then were totally excluded. There were many difficulties in implementing the policies prescribed for this demand, a need for theoretical deepening and changes in the ideological and cultural practice of every school community, especially in the countryside.

**Keywords:** Special Education. Education in the field. Inclusion.

---

<sup>1</sup>Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná cursando especialização em Educação no Campo e Educação Especial e Inclusiva, pela Faculdade Cidade Verde - FCV.

<sup>2</sup>Prof. Me. André Dias Martins (ORIENTADOR). Bacharel em Sistemas de Informação, Licenciado em Sistemas de Informação, Licenciado em Pedagogia, Licenciado em Matemática, Especialista em Desenvolvimento de Sistemas para Web, Especialista em Pesquisa Educacional, Especialista em Docência no Ensino Técnico e Profissional, Especialista em Docência com Ênfase em Distúrbios de Aprendizagem, MBA em Gestão Empresarial com Ênfase em Gestão de Pessoas, Mestre em Ensino e Tecnologia, Doutorando em Educação para o Ensino da Ciência e Matemática.

## INTRODUÇÃO

A legislação educacional atual prescreve o direito a pessoas portadoras de necessidades especiais (NEE) de frequentar uma classe comum nas escolas regulares e de receber atendimento educacional especializado (AEE), de maneira que alunos NEE não interrompam seus percursos escolares na classe comum, mas que ao mesmo tempo tenham supridas suas demandas de escolarização.

O objetivo desse artigo é mostrar como a Educação Especial na perspectiva da inclusão tem se efetivado nas escolas de ensino regular preferencialmente no campo. Buscou-se entender os fazeres e pensamentos da escola em relação a essa modalidade de ensino, as dificuldades de nível material, político e teórico que a educação no campo tem enfrentado para a realização desse projeto.

A pesquisa é uma revisão bibliográfica, que teve como base teórica autores como Kleina e Rodrigues (2014), Costa (2016), Pereira (2016, 2016b, 2016c), Siécola (2016), dentre outros. Buscamos dissertações, teses e artigos científicos nos principais sites de referência, a saber, Portal de periódicos CAPES, Scientific Electronic Library Online (Sielo) e também pelo Google onde foram selecionados trabalhos de universidades e outros periódicos científicos, a fim de identificar nos dados coletados por estes pesquisadores os principais problemas para efetivação da inclusão escolar de crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais que vivem no campo.

Verificou-se 41 trabalhos, destes 23 foram analisados e selecionados segundo o ano de publicação, a partir de 2016. Escolhemos a referida data por verificar uma mudança no discurso que revela um avanço para consolidação e aprofundamento teórico, prático e financeiro em relação ao tema. As pesquisas anteriores a essa data centram muito em discussões epistemológicas sobre inclusão, visto sua rejeição nos meios escolar, que só com o tempo a partir de formação continuada e renovação do corpo docente recém formado que a ideia vai ganhando espaço e se consolidando.

Também é a partir dessa data que o MEC lança um documento intitulado “A consolidação da inclusão escolar no Brasil: 2003 a 2016” que reúne boa parte de toda produção legal e normas técnicas a fim de sintetizar toda orientação necessária para efetivação da política de inclusão, assim como um diagnóstico dos impactos causados por toda essa política.

Após a leitura deste documento realizamos a leitura dos trabalhos selecionados, a partir daí coletamos os dados relatados e apresentamos de forma sintética em uma tabela. A

tabela mostra as principais dificuldades relatadas pelos entrevistados em diferentes partes do país sobre a realização da inclusão de crianças e adolescentes com necessidades especiais que vivem do campo.

Este artigo está subdividido em dois tópicos, em que no primeiro será abordado concepção, finalidades, objetivos da educação especial na perspectiva da inclusão em interface com a educação do campo. No segundo tópico será apresentada as principais dificuldades enfrentadas pela escola em efetivar tal projeto de forma que garanta acesso, permanência e escolarização dos portadores de necessidades especiais NEE que vivem no campo. Posteriormente encerraremos com as considerações finais.

## **A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO CAMPO.**

Ambas modalidades de ensino, educação especial e do campo passam a ocupar espaço recentemente nas políticas públicas. Se realizam com mais evidencia a partir das lutas travadas por organizações, entidades de representações sociais que passaram a questionar o modo de vida das pessoas do campo e portadoras de necessidades especiais, objetivando colocar em pratica o tão preconizado direito de igualdade social, universalização da educação, direitos humanos para toda pessoa independente de sua cor, credo, situação física, econômica e mental.

Promover o acesso dessas demandas assim como sua permanência através da qualidade da oferta desse ensino para, “tirar o Brasil de um atraso histórico, enfrentando uma questão que muitos países desenvolvidos equacionaram ainda nos séculos XIX e XX: a universalização do atendimento escolar, garantindo que todos os cidadãos brasileiros tenham direitos iguais no que tange ao desenvolvimento educacional.” (SIÉCOLA, 2016, p.117).

A universalização do ensino é um direito presente na Constituição Federal de 1988, significa incluir todo cidadão brasileiro na escola, independente da condição física, mental, cultural, ideológica. Com base nesse direito é que ao longo de anos os segmentos sociais em defesa dos direitos humanos vão pressionando politicamente o Estado a representar em sua legislação, projetos e diretrizes, a inclusão social de todo individuo marginalizado, através de uma das maiores instituições sociais do país, a qual preconizou-se universal para socializar os conhecimentos de diferentes naturezas com a participação de todos, a escola.

Explica Costa (2016):

A escola deve valorizar a diversidade em sua prática pedagógica e levar em conta que nem todos aprendem da mesma forma e ao mesmo tempo. Que metodologias devem ser pesquisadas e empregadas a fim de alcançar a maioria dos alunos. O processo ensino-aprendizagem precisa voltar-se para todos os alunos, levando-se em consideração suas diferenças. Por outro lado, a interação com os outros. A educação é um direito de todos, e a escola como espaço formal do trabalho com a educação, deve considerar e acolher a diversidade, visto que todos nós somos diferentes. ” (COSTA, 2016, p.13).

A escola hoje é um pilar de sustentação da sociedade, não mais apenas um espaço para se fazer exército de trabalhadores para sustentar a sociedade hegemônica existente, o que acontecer nela irá refletir e alterar o status co, a escola atual é entendida “como totalidade que interfere e transforma a realidade. ” é o “lugar de todos e, logo, direito de todos” Pereira, (2016, p.33). No campo em especial a escola segundo afirma Pereira (2016) é mais que um lugar:

“A escola das comunidades rurais no Brasil cumpre papel agregador, de manter a união dos moradores da comunidade e criar laços com as comunidades vizinhas. A escola costuma ser o local das reuniões comunitárias, festas, eventos e, claro, espaço de educação.

Nas áreas rurais, a escola é um dos principais fatores de enraizamento do sujeito ao local onde vive. (PEREIRA, 2016c.p15)

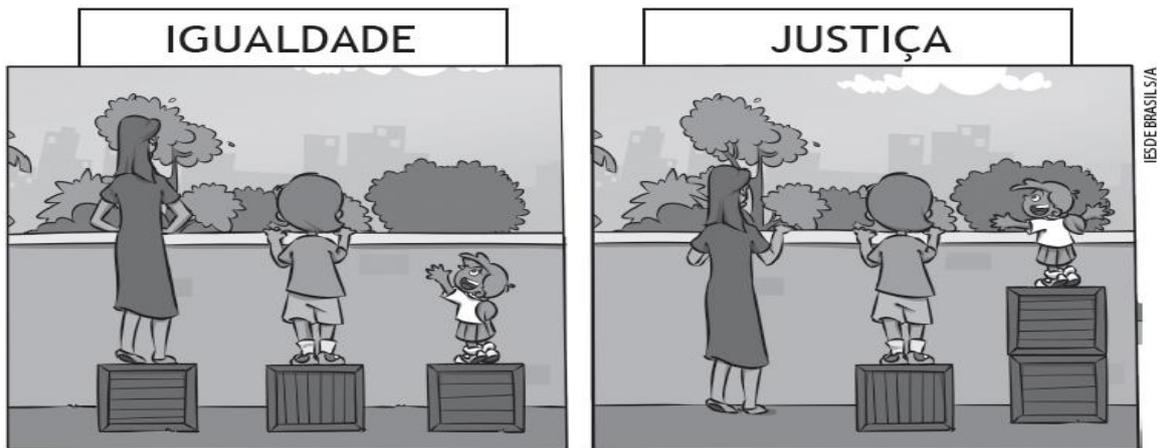
Segundo Arroyo (2012) a escola do campo tem como princípio da educação, “que os seres humanos se fazem, se formam e se humanizam no fazer a história” (2012, p. 230). Para tanto é necessário que se remova as barreiras preconceituosas que impedem os indivíduos de fazer a sua história, começando por abrir efetivamente as portas da escola, dando passagem livre, sem atitude de padronizar o que diferentemente pode existir, uma vez que “a educação é um direito de todos, e a escola como espaço formal do trabalho com a educação, deve considerar e acolher a diversidade, visto que todos nós somos diferentes. ” (COSTA, 2016, p.13) e é exatamente isto que faz o todo, estas diferentes partes que se completam quando eliminamos os muros do pré-conceito, pré-julgamento, acomodação, padronização, hegemonia e privilégios.

Neste sentido, a inclusão na escola é o início de uma sociedade mais justa que acolhe todos dando o devido valor que toda diversidade tem. O que se coloca em questão é como agrupar toda essa diversidade de forma harmoniosa, rompendo com séculos de ideologia que inferioriza uns em detrimentos de outros, promovendo segregação e exclusão. O foco aqui é para se ter uma sociedade mais justa e evoluída, neste caso é necessário a participação de

todos. Uma educação que trabalhe nos indivíduos suas particularidades visando mobiliza-las para compor o todo.

A seguinte charge apresentada por Costa (2016) ilustra a concepção de educação inclusiva, os objetivos que se pretende alcançar com a oferta desta modalidade de ensino:

Figura 1: Charge representativa sobre educação inclusiva



Fonte: COSTA, 2016, p.24.

A inclusão visa a atitude de justiça, não se trata de reivindicar igualdade e sim o necessário para que todos possam participar da sociedade em condições de igualdade segundo suas necessidades.

Perceber, valorizar e trabalhar as diferenças a fim de promover acesso e permanência na escola e posteriormente na sociedade, “um ato de instigar o desenvolvimento e não a submissão de uns sobre os outros” (COSTA, 2016. p.21). Suprir as necessidades daqueles que por um motivo ou outro precisam de complementos para ficar em igualdade de condições perante a sociedade que por sua vez será construída por todos que a compõem independente de suas condições.

Fazendo uma interface entre as modalidades especial e do campo percebe-se que há algo em comum em sua trajetória histórica, “a necessidade premente de superação das condições de exclusão históricas”. (CAIADO; RABELO. 2014, p.63). Sabe-se que os custos para realizar ambas modalidades de ensino são mais elevados, até mesmo porque as estruturas materiais e pessoais nas escolas do campo historicamente foram precárias. Segundo Pereira (2016) a educação no campo foi marcada por:

Práticas pedagógicas descontextualizadas, formação inadequada de professores, excessivo fechamento e nucleação de escolas, materiais didáticos e currículos que valorizam conteúdos urbanos, infraestrutura das escolas e das estradas intensamente precárias, entre outras condições de negação de direitos. Assim, as indagações tornam evidente a realidade dos sujeitos do campo, que sempre foram invisíveis no projeto de desenvolvimento do país. (PEREIRA, 2016, p.11)

No entanto na contra mão desse histórico os movimentos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, indígenas, quilombolas, que tem por finalidade lutar pela democratização da terra e do acesso ao conhecimento para as populações do campo, vão se organizando e travando lutas que pressionam o Estado a incluir em suas políticas esse segmento da sociedade. Estes movimentos buscam uma educação que compreenda as questões históricas, sociais, políticas, culturais e territórios dos povos do campo, que leve em conta suas existências como sujeitos de direito.

Desta forma, a luta da Educação do Campo é por justiça social, atrelada com a democratização da terra, articulando por um desenvolvimento do campo voltado para os modos de vida camponeses de sustentabilidade, se contrapondo a hegemonia do capital com base no agronegócio e neoliberalismo. Por consequência de toda essa luta a escola do Campo nasce voltada para trabalhar a diversidade numa perspectiva inclusiva, o movimento tem a escola do campo como uma das suas perspectivas, que busca referências nas iniciativas educacionais dos movimentos sociais do campo, e se contrapõe a um modelo de escola que dialoga com a lógica do capital, pauta-se então em uma forma escolar enraizada na cultura, luta e resistência da classe trabalhadora do campo (Pereira, 2016). Segundo Carneiro e Palma (2017):

A Educação do Campo possui a mesma vertente da escola inclusiva, que considera o acesso ao conhecimento para todos independente da origem, condição social, deficiência, gênero, raça e da localização espacial em que o indivíduo reside. O espaço do campo possui muitas especificidades que a escola deve levar em consideração para que a educação de fato aconteça, proporcionando aos indivíduos camponeses exercício prático do saber e conseqüente transformação da realidade. (CARNEIRO; PALMA, 2017.p.23)

O professor dessa escola tem que ter sua formação voltada para emancipação, calcada no respeito a diversidade. A Educação do Campo defende um trabalho pedagógico rico em discussões e que atenda a diversidade na qual está inserida e, principalmente, que inclua a própria comunidade escolar na construção desse trabalho.

A comunidade as famílias vivem em constante solidariedade, praticam atividades coletivas sem caráter competitivo, se apoiam, se relacionam de forma bem diferente com a natureza, uma relação não exploratória. (PARANÁ, 2006). O planejamento coerente incorpora a valorização da cultura desses povos para que não se construa “uma visão deturpada de que o campo é um lugar de atraso em comparação ao urbano.” (Pereira, 2016. p.32). Esta é a essência idealizada da educação do campo, um solo fértil para a inclusão, um locus onde há aceitação e riqueza de diversidade.

Além de trazer à tona esses sujeitos que estavam marginalizados os movimentos sociais conquistaram mudança no cenário das políticas públicas, o acesso à educação foi ampliado consideravelmente, inclusive no ensino superior. O Plano Nacional de Educação entrou em vigor após intensos debates e muitos programas governamentais foram criados em prol da educação, como FIES, PROUNI, PRONERA, PRONATEC, PRONACAMPO, Caminhos da Escola, assim como diversos programas para promover a educação especial inclusiva como Programa de Formação Continuada de Professores em Educação Especial, implantação de salas de recursos multifuncionais, escola acessível, BPC na escola, e muitos outros.

Decretos, diretrizes e leis para todo nível e modalidade educacional. São mais de 15 anos de investimento teórico e material para realização de uma escola democrática que acolha toda a sociedade. No entanto apesar das positivities de toda essa iniciativa ainda estamos com dificuldades em cumprir com as metas e necessidades reais que ambas modalidades de ensino reivindicam, segundo Pereira (2016, p.50) ainda existe “ a necessidade da efetivação dessas políticas no âmbito nacional, local e regional”.

Caiado, Gonçalves e Sá (2014. p.339) afirmam que “para um aluno chegar à escola, nela permanecer e aprender precisam ser garantidas inúmeras e complexas condições. Principalmente quando é um aluno com deficiência em que as barreiras sociais de toda ordem impedem a convivência social e seu desenvolvimento. ”

A educação especial atende alunos vítimas destas barreiras, com a intenção de segundo Costa (2016):

Estimular o desenvolvimento de todos os estudantes, inclusive dos ditos “normais”, que de toda forma serão beneficiados visto que, ao elaborar uma proposta pedagógica voltada para a diversidade, estarão sendo contemplados de forma ou de outra. Há também o vislumbre da melhoria da qualidade da educação que busca diversas formas de ensinar e aprender. Por meio da convivência e cientes de que todos são diferentes e

possuidores de potencialidades e limitações, há oportunidade de avanços significativos na educação. (COSTA, 2016, p.113)

Foram mais anos de discussões e resistência que ainda perduram e refletem o pensamento segregativo, hegemônico, urbanizado, preconceituoso que tem calado e subjugado essa camada da população. Há muitas barreiras que precisam ser removidas em toda a estrutura e funcionamento das escolas, assim como no cultural e ideológico de nossa sociedade. Ainda somos um povo centrado no “homem, branco, europeu, heterossexual, produtivo e reprodutivo” (CESAR, 2016) que não tenha nenhuma deficiência ou transtorno, que não saia dos padrões estéticos do homem branco europeu estabelecidos por gerações passadas.

Historicamente, os povos do campo no Brasil sempre foram vistos como inferiores. Os sujeitos do campo – caboclo, indígena, quilombola, ribeirinho e tantos outros – são ainda hoje, para muitas pessoas, sinônimo de atraso cultural. Essa ideia foi reforçada ao longo de nossa história não apenas pela criação de estereótipos – como o Jeca Tatu, de Monteiro Lobato – mas principalmente por meio da educação pública pensada para as áreas rurais brasileiras que nunca teve a intenção de emancipar estes sujeitos. (PEREIRA, 2016b. p.16)

Ficamos horrorizados ao ver estudos de Philippe Ariès que mostrava o “infanticídio” e “marginalização” de crianças e deficientes em uma sociedade que não tinha metade das condições materiais e intelectuais que somente na modernidade das forças produtivas puderam existir, mas ainda não aceitamos a inclusão, de uma forma mais dissimulada continuamos a praticar a mesma exclusão:

Ao conservar o modelo de organização e classificação de estudantes, estabelece-se o antagonismo entre o discurso inovador de inclusão e o conservadorismo das ações que não atingem a escola comum no sentido da sua ressignificação e mantém a escola especial como espaço de acolhimento daqueles estudantes considerados incapacitados para alcançar os objetivos educacionais estabelecidos.

Sem medidas de investimento na construção e avanço do processo de inclusão escolar, surge o discurso de resistência à inclusão, com ênfase na falta de condições pedagógicas e de infraestrutura da escola. Esse posicionamento não representa as práticas transformadoras capazes de propor alternativas e estratégias de formação docente e implantação de recursos nas escolas que respondam afirmativamente às demandas dos sistemas de ensino, resultando na continuidade das práticas arcaicas que justificam a segregação em razão da deficiência. (BRASIL,2016.p. 145)

Apesar do texto se referir a década de 90 em nosso país, vamos verificar esse discurso permeando a forma de pensar e agir da grande maioria da comunidade escolar, pese todos investimentos e políticas existentes, prossegue e muito pouco mudou.

Segundo Nozu e Bruno (2016) em sua pesquisa bibliográfica mostrou que tanto educação especial quanto do campo ainda:

Sofrem descaso na seara das ações governamentais (CAIADO; MELETTI, 2011; CAIADO, 2015); são historicamente atingidas por práticas assistencialistas (MAZZOTTA, 2005; CALDART, 2011); tem seus públicos alvos inferiorizados, estigmatizados e estereotipados (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2011; SANTOMÉ, 2013); encontram-se em situação de invisibilidade (MARCOCCIA, 2011); são vozes ausentes na seleção da cultura e do currículo escolar (SANTOMÉ, 2013). (NOZU. BRUNO, 2016 p.498)

Como vamos relatar a seguir, pese os avanços resultado das políticas a partir de 2007 ainda há alunos NEE fora da escola regular. No campo a realidade fica mais complexa pois ainda persiste uma educação urbanizada, que desqualifica o povo campesino, seus saberes e modos de vida. Desafios como a continuidade de investimentos na formação de educadores, no aprimoramento das práticas pedagógicas, na acessibilidade arquitetônica e tecnológica, na construção de redes de aprendizagem, no estabelecimento de parcerias entre os atores da comunidade escolar e na colaboração entre diferentes setores da gestão pública ainda estão muito presentes.

## 2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO NAS ESCOLAS DO CAMPO.

Realizou – se a análise de 23 trabalhos científicos, na grande maioria estudos de campo:

QUADRO1 : Estudos analisados segundo sua referência na tabela 1

AUTOR	TITULO	METODO UTILIZADO	Local/ano	Ref. Tabela
SANTOS, Marilene.	Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação Rio de Janeiro,	Revisão bibliográfica	Rio de Janeiro/ 2018	T1

TARTUCI, Dulceia SILVA, Rafaela Aparecida DINIZ Ferreira DIAS Rosana Maria Purcina	Educação Especial e Educação do Campo: interfaces e O Atendimento Educativo Especializado em salas de recursos multifuncionais	Pesquisa de campo	Catalão/GO/2016	T2
OLIVEIRA, Cassia Carolina Braz de. MANZINI, Eduardo José	Caracterização do PAEE em uma SEM.	Estudo de caso	SP/ 2016	T3
BATISTA , José Ribamar Lopes Batista Junior	Pesquisas em educação inclusiva: questões teóricas e metodológicas.	Pesquisa de campo	Brasília (DF), Fortaleza (CE) e Teresina (PI) 2016	T4
SILVA, João Henrique da. BRUNO, Marilda Moraes Garcia	Formação dos professores para as modalidades educação especial e educação indígena: espaços intersticiais..	Pesquisa de campo	Dourados/ MS/ Educação indígena/2016	T5
NOZU, Washington Cesar Shoití. BRUNO, Marilda Moraes Garcia. HEREDERO, Eladio Sebastian.	Interface Educação Especial – Educação do Campo: Diretrizes políticas e produção do conhecimento no Brasil.	Pesquisa bibliográfica	Brasil/ 2016	T6
CAIADO, Katia Regina Moreno GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha SÁ, Michele Aparecida de	Educação escolar no campo: desafios à educação especial	Pesquisa de campo	Brasil/ 2016	T7
OLIVEIRA, Neusa Denise Marques de CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado	O que pensam as equipes diretivas escolares sobre o atendimento educacional especializado (AEE)	Pesquisa de campo	SC/2018	T8

<p>REIS, Marlene Barbosa de Freitas</p> <p>SILVA, Byanca Teles da SILVA</p> <p>TAVARES, Amanda Rodrigues</p> <p>CAMPOS, Dayane Ribeiro</p> <p>LANZONI, Talita Serravalli</p>	<p>A inclusão na rede regular de ensino: um olhar para a formação de professores e o atendimento educacional especializado (AEE)</p>	<p>Pesquisa de campo</p>	<p>GO/2017</p>	<p>T9</p>
<p>EVANGELISTA, Gessinea Raydan. Dissertação. Juiz de</p>	<p>Propostas para uma educação inclusiva no ensino regular numa escola do campo.</p>	<p>Pesquisa de campo</p>	<p>MG/2017</p>	<p>T10</p>
<p>NOZU, Washington Cesar Shoit</p> <p>BRUNO, Marilda Moraes Garcia Bruno</p>	<p>Interface educação especial- educação do campo: tempos, espaços e sujeitos.</p>	<p>Revisão bibliográfica</p>	<p>Brasil:2017</p>	<p>T11</p>
<p>SILVA, Leandro Ferreira da.</p>	<p>Políticas públicas de educação inclusiva: Interfaces da educação especial na educação do campo no município de Conceição do Araguaia - PA</p>	<p>Estudo de caso.</p>	<p>PA/2017</p>	<p>T12</p>
<p>KUHN, Ernane Ribeiro.</p>	<p>A educação especial na educação do campo as configurações de uma escola da Rede Municipal do campo.</p>	<p>Estudo de caso.</p>	<p>SP/2017.</p>	<p>T13</p>
<p>PALMA, Debora Teresa</p>	<p>Escolas do campo e Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncional</p>	<p>Estudo de caso.</p>	<p>SP/2016.</p>	<p>T14</p>
<p>PASIAN, Mara Silvia</p> <p>MENDES, Enicéia Gonçalves</p> <p>CIA, Fabiana</p>	<p>Aspectos da Organização e funcionamento do atendimento educacional especializado: um estudo em larga escala.</p>	<p>Estudo de caso</p>	<p>Brasil /2017</p>	<p>T15</p>
<p>SANTOS, Arlete Ramos dos</p> <p>SILVA, Vanusa Lima dos Santos Silva</p> <p>SEREJO, Janaína Alves de Oliveira</p>	<p>Educação inclusiva e direito à diversidade em escolas do campo.</p>	<p>Estudo de caso</p>	<p>Bahia/2017</p>	<p>T16</p>

NETO, Geraldo Garbelini Neto SILVA, Anamaria Santana da Silva LIMA, Cláudia Araújo de	Educação do campo e direitos humanos: um levantamento das produções científicas nos últimos vinte anos no Brasil.	Revisão bibliográfica	2017	T17
PALMA, Debora Teresa CARNEIRO, Relma Urel Carbone	Atendimento educacional especializado em escolas do campo: desafios e perspectivas	Estudo de caso	Uberlândia/ 2017	T18A
GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha VIEIRA, Márcia Aparecida Lima	Um olhar sobre a educação especial em dois assentamentos paulistas: decorrência dos projetos de EJA do PRONERA (2005-2010)	Pesquisa de campo	SP/2017	T18B
FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos	Diálogo sobre formação docente: o ser e o saber-fazer com o público-alvo da educação especial.	Pesquisa de campo	2017	T18C
SILVA, João Henrique da CASTRO, Ilma Regina Castro Saramago de BRUNO, Marilda Moraes Garcia	O IDEB e a política linguística e cultural: limites e desafios para as escolas indígenas de Dourados, MS.	Pesquisa de campo.	MG/2017	T18D
TORRES, Elisa Mariana LOMBARDI, Lucia Maria Salgado dos Santos	Trabalho pedagógico em escola no campo: estudo de uma criança com suspeita de autismo	Estudo de caso	SP/ 2017	T18E
JESUS, Denise Meyrelles de ANJOS, Christiano Felix dos	Visibilizando processos da interface entre a educação especial e educação do campo no Espírito Santo a partir da produção acadêmica e de seus autores.	Estudo bibliográfico.	Espirito Santo/2017	T18F

Fonte: Elaborado pela autora.

## 2.2 COLETA DE DADOS

Mediante a leitura das pesquisas selecionada fomos elencando os principais problemas apontados no tratamento dos dados. Entre os trabalhos pesquisados apenas 2 não

foram realizados em escolas do campo, 1 tem um caráter de longa escala. Dos problemas diagnosticados a maioria se refere a educação especial em geral, no entanto são mais agudizados na educação do campo. Os problemas específicos da transversalidade da educação especial no campo estão relacionados as especificidades da educação do campo que ainda segue um modelo urbanizado, segregativo, neoliberal uma proposta que se distancia da prática social do camponês, dos seus saberes e fazeres (Pereira, 2016. P. 12), por consequência disso que exclui e mantém a invisibilidade.

TABELA 1: Dificuldades relatadas nos estudos analisados

PROBLEMA	ESTUDOS PESQUISADOS																	TOTAL						
	T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	T9	T10	T11	T12	T13	T14	T15	T16	T17		T18A	T18B	T18C	T18D	T18E	T18F
ACESSO	X	X				X	X		X	X	X	X		X	X							X	X	12
PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA			X	X	X		X		X	X				X								X		8
NÃO ACONTECE O AEE			X		X	X	X			X	X			X									X	8
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO AEE		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X								X		13
FALTA DE DIALOGO E COLABORAÇÃO ENTRE A EQUIPE EDUCACIONAL		X	X		X		X	X	X	X	X	X	X	X	X				X	X		X		15
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGOGICO		X		X	X			X	X			X	X	X	X	X			X	X				12
EFETIVAÇÃO DAS POLITICAS PÚBLICAS	X	X	X	X	X								X	X	X	X	X							10
ADEQUAÇÃO AS ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	20

PRÁTICA PEDAGÓGICA PRECÁRIA	x	x	x		x		x	x	x	x	x		x	x			x			x	x		14	
ESCASSEZ DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO TEMA													x	x	x	x							x	6

Fonte: Elaborado pela autora.

## DETALHAMENTO DAS DIFICULDADES ENCONTRADAS NAS PESQUISAS.

**ACESSO:** Estrutura física (acessibilidade arquitetônica e tecnológica), transporte escolar; precariedade de estradas; distância escola-casa; fechamento de escolas no campo; nucleação escolar; existência da escola especial substitutiva a escolarização.

**PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA:** Famílias desestruturadas; distância escola – casa; baixo nível de escolaridade da família; escola urbanizada, isolada e segregativa (não promove atividades de interação, e não condiz com a identidade dos povos do campo); problemas nas relações interpessoais.

**NÃO ACONTECE O AEE:** Não é ofertada devido à falta de estrutura física ou humana. Falta de laudo clínico. Contraturno. Aceitação e compromisso da família. Falta de obrigatoriedade.

**ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO AEE:** Desvios teórico práticos; AEE usado para disciplinar; AEE como aulas de reforço para alunos sem nenhum tipo de NEE; AEE com caráter de atendimento clínico centrado na deficiência; AEE desarticulado, ausência de interface com o ensino regular; dificuldade em traçar o perfil do público alvo da AEE. Escassez de recursos materiais. Falta de capacitação para uso dos recursos da SRM. Isolamento que acaba colocando o AEE em condições de substituição da escolarização. Problemas de concepção e entendimento legal.

**FALTA DE DIALOGO E COLABORAÇÃO ENTRE EQUIPE MULTIDISCIPLINAR:** Falta de momentos para discussão entre especialistas e professor da sala regular; falta colaboração; Falta de parceria entre professor AEE - professor da rede regular: Existe casos onde a escola delega ao professor AEE toda a responsabilidade com o aluno NEE. Desvalorização e desrespeito ao professor por parte da família das crianças NEE.

Também teve relatos de desrespeito e desvalorização do professor especialista por parte dos professores da rede regular.

**ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO:** Problemas que interferem diretamente nas práticas educativas: falta de planejamento; projetos; currículo; adequações; formação continuada; rotatividade dos professores; classes multisseriadas; AEE no contraturno; avaliação.

**EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS:** Negligencia e descaso. Abandono social. Falta de monitoramento e avaliação da inclusão nas escolas.

**ADEQUAÇÃO AS ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO:** Educação no campo urbanizada, voltada aos princípios de que o urbano é superior. Problemas de concepção em relação a educação no campo. Falta de políticas públicas para o campo. Falta de equipe gestora de projeto político pedagógico, de currículo adaptado, de professor.

**PRÁTICA PEDAGÓGICA PRECÁRIA:** Desde metodologias defasadas e descontextualizadas até ao tratamento impaciente, ríspido ou excludente por parte dos professores da classe comum.

**ESCASSEZ DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO TEMA.** Principalmente na interface Educação Especial-Campo.

Em todos os estudos, unanime a posição em relação ao avanço na legislação que defende a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais em escolas de ensino regular, assim como as diretrizes para educação no campo, no entanto os pontos negativos se excedem e revelam um quadro de abandono e exclusão, uma confusão que “trata as diferenças socioculturais como deficiência” (SILVA. BRUNO, 2016 p. 329) e a deficiência como impedimento de socialização e escolarização.

Uma leitura dos materiais recolhidos permitiu que se fizesse alguns apontamentos referente ao acesso, participação e permanência dos alunos portadores de necessidades especiais em escolas de ensino regular em especial no campo. Mostra que o aluno NEE entrou na escola porem a escola não incluiu este na classe regular, ele aparece fisicamente, no entanto quase nada mudou para recebe-lo e promover a escolarização desde. Observamos também um desvio de função da AEE, que ao invés de atender alunos NEE incluiu em seu atendimento crianças não NEE apenas com dificuldade de aprendizagem e indisciplinadas, consequência da estrutura e funcionamento da classe regular que ainda não se despiram de

práticas e métodos precários. Questões relacionadas a organização do trabalho pedagógico também foram muito citadas enquanto barreiras que impedem a oferta de uma educação especial inclusiva e de qualidade.

Em termos de acesso há um aumento significativo das matrículas de alunos NEE na rede regular. Fruto de mobilização e estímulos programas como por exemplo o Benefício BPC. No entanto ainda há NEE fora da escola regular, matriculados em escolas especiais:

Apesar do Decreto nº 7.611/2011, que no seu artigo 9º institui o financiamento da dupla matrícula de estudantes da educação regular pública que recebem atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização a existência de matrículas em escolas e classes especiais revelam uma contradição ainda a se superar, segundo Brasil (2016) essa ambiguidade impede a consolidação da inclusão “ao mesmo tempo em que orientam a matrícula de estudantes público-alvo da educação especial nas escolas comuns da rede regular de ensino, mantém a possibilidade do atendimento educacional especializado substitutivo à escolarização” (BRASIL, 2016, p.8). Consequência disso a não universalização do ensino e a manutenção de uma educação especial que isola pessoas a margem da sociedade.

Analisando outros dados coletados podemos verificar uma inconsistência entre a legislação e o “chão da escola”, o que ficou evidente em todos os trabalhos analisados sob os seguintes argumentos “falta das políticas públicas” e “não atendimento as especificidades, particularidades do campo”, essa queixa esteve presente em todas as pesquisas analisadas. Supomos que essas questões sejam fruto da resistência ao projeto de inclusão, muito mais do que inexistência de políticas e orientações, o que ocorre é a falta de efetivação em alguns casos de compreensão, outros de tomar conhecimento da legislação.

O projeto de inclusão é essencialmente democrático, tal resistência tem impedido a comunidade escolar camponesa de mobilizar forças para consolidar as políticas dentro da escola, uma resistência oculta, que deveria ser quebrada com uma gestão democrática e a construção coletiva de toda comunidade escolar de projetos, diretrizes, programas e um currículo que atenda as especificidades da escola no campo na perspectiva da inclusão, do respeito e valorização a diversidade.

Segundo Pereira (2016 b):

Muitas abordagens enviadas para o campo desconstroem a valorização da diversidade presente nesse contexto, pois partem do pressuposto que há um padrão social, modos de vida homogêneos e que os sujeitos não têm condições de construir o projeto de sociedade que querem. Alguns materiais didáticos, programas e projetos que são impostos nas práticas pedagógicas das escolas localizadas no campo, tais como Programa Agrinho, Projeto Comfloresta, Programa Jovem Empreendedor do SEBRAE, entre outros, ocupam o espaço da escola incorporando uma ideologia capitalista e contrária aos princípios da educação do campo. (PEREIRA, 2016c. p 57-58)

Verificou-se também relatos de escolas que não atendem alunos NEE devido os mesmos não apresentarem laudo médico, isto representa incompreensões a nível legal uma vez que a NOTA TÉCNICA Nº 04 / 2014 / MEC / SECADI / DPEE esclarece que “não se pode considerar imprescindível a apresentação de laudo médico (diagnóstico clínico) por parte do aluno com deficiência. “(MEC, 2010. P3). Além disso é necessário que ao receber um laudo que seja para melhor orientar o trabalho e não um documento fixo, único “que deixa uma marca registrada sobre o aluno” (BRAGA, 2017. p.57).

Por outro lado, no extremo dessa implicação verificou-se relatos de escolas que atendem alunos não NEE nas salas de recursos, alunos não alfabetizados que supostamente frequentaram reforço escolar e não obtiveram sucesso. O estudo revelou descaso, falta de compromisso e respeito. Segundo Oliveira e Manzini (2016):

“A falta de atendimentos de outros profissionais e até mesmo o abandono social que a região onde a escola está inserida sofre refletem no ambiente escolar e, diante da escassez de possibilidades, são delegadas como clientela das aulas de reforço e sala de recursos multifuncionais” (OLIVEIRA. MANZINI, 2016, p.567).

Também nos deparamos com situações onde há alunos NEE sem nenhum tipo de atendimento. A maior queixa está na formação continuada, muitos professores se sentem despreparados e incapazes de trabalhar com esta realidade, junto a este dado também destacou - se em diversas pesquisas a escassez na produção científica dessa temática o que torna as iniciativas de formação pouco consistentes, segundo verificou Silva e Bruno “a política de formação de professores para a Educação Especial é limitada e insuficiente para a consolidação de uma escola inclusiva com qualidade.” (SILVA. BRUNO, 2016 p. 329) além disso também é “generalista, diversificada e vaga.”. Não poderia ser diferente haja vista a baixa produção científica nesta área.

Na escola a falta de valorização das especificidades da educação no campo, inexistência de um projeto político pedagógico democrático, um currículo inovador que contemple a diversidade, a rotatividade de professores (contratos temporários e precários) é um problema pois acaba por interromper processos de capacitação e projetos, práticas pedagógicas precárias também foram bastante evidenciadas. Com vistas nos dados coletados ainda estamos reproduzindo nas escolas do campo um ensino tradicional que não corresponde as necessidades dos povos do campo, muito menos daqueles portadores de NEE.

Toda organização linear, sequencial, seriada dos processos de aprendizagem, de formação e desenvolvimento humano, de socialização tende a ser homogeneizadora e, conseqüentemente, segregadora, injusta. A organização seriada vem acumulando a cada ano milhões de segregados, reprovados por não seguirem o suposto processo linear, seriado, do ensino dos conhecimentos e dos processos de aprender. Isso ocorre devido ao fato de tal organização homogeneizar processos mentais e de formação tão diversos. (ARROYO 2012 p.12, apud PEREIRA 2016b. p. 108).

Temos relatos de escolas organizadas de maneira multisseriadas ou em ciclos, no entanto, esta forma não é trabalhada segundo as potencialidades que ela proporciona, “como etapas básicas para emancipação”, cuja aprendizagem tenha um “princípio libertador, e não com sentido punitivo (caso os objetivos impostos não sejam alcançados)” (PEREIRA, 2016b. p.20-21), na maioria dos casos as crianças são agrupadas em uma mesma classe devido ao número reduzido de alunos com vistas a diminuir custos com contratação de professor e construção de espaços. As aulas e conteúdos seguem o modelo da pedagogia tradicional, linear, sequencial e seriada. As crianças compartilham o mesmo espaço, no entanto é dividido o quadro, as fileiras de carteiras, conteúdos, métodos e avaliação, uma espécie de seriação dentro do multisseriado. A organização multisseriada e em ciclos surgiu nas entrevistas enquanto algo que dificulta o bom desenvolvimento do ensino, e por consequência disso o acolhimento e escolarização dos alunos NEE, não é de se espantar acontecendo da forma como acontece.

A organização tradicional seriada é hegemônica, tem uma:

[...] Estrutura voltada ao trabalho individual, especializado, fragmentado: o conhecimento é parcelado em disciplinas; os tempos e os espaços são predeterminados; os conteúdos predefinidos linearmente em uma cadeia de pré-requisitos. Cabe ao educando, um ser em formação, enquadrar-se e adaptar-se a essa estrutura, independentemente da sua individualidade, das suas experiências sociais e culturais. A rigidez dos tempos e dos espaços serve de formato para programas e

conteúdos artificialmente concebidos, homogeneizadores de produtos de aprendizagem. Metas iguais para indivíduos desiguais, critérios avaliativos decorrentes de expectativas de aprendizagem padronizadas, resultando na inevitável exclusão dos diferentes. (AZEVEDO, 2007, p. 18, apud PEREIRA, 2016b p.64).

Outra dificuldade muito abordada é a relação entre os professores AEE e os professores da sala regular, a falta de diálogo e trabalho coletivo, colaborativo, assim como o atendimento multisetorial (multidisciplinar), saúde, família, transporte.

Nos trabalhos pesquisados sentimos falta do posicionamento dos pais ou responsáveis dos alunos NEE, apenas três estudos entrevistaram os pais. Em relação aos professores ficou bastante restrito aos que prestam atendimento especializado nas salas de recurso, os especialistas e monitores de apoio. Em destaque gostaríamos de deixar registrado o estudo realizado por Kuhn (2017), que mostra uma experiência muito próxima do preconizado em termos de AEE nas salas de recursos multifuncionais em uma escola do campo.

Vale destacar o estudo de caso realizado por Lombardi e Torres (2017) que ao pesquisar uma criança com suspeita de autismo enfrentaram muitas barreiras e pese todas elas deixaram uma grande lição “Descobrimos, nessa jornada, que nós, educadores, não devemos paralisar nem frente aos desafios colocados pelas especificidades das crianças do campo, nem frente aos desafios da educação especial. ” (LOMBARDI, TORRES. 2017.p.130), este é o ponto de partida de toda mudança, em primeiro lugar olhar para nós, refletir e agir, parar de achar subterfúgios e continuar travando a luta por uma educação que respeite a diversidade e contribuam para emancipação e democratização do país.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação especial na perspectiva da inclusão em conjunto com a educação do campo em seus fundamentos e princípios é um solo fértil para construção de uma escola mais justa capaz de formar pessoas comprometidas com a democratização da sociedade brasileira, haja vista sua diversidade e histórico de lutas. São mais de 15 anos de discussões, investimentos financeiros, teórico e humanos para a realização dessas modalidades de ensino, no entanto ainda encontramos muito pouco do que se pretende, muitas dificuldades, apesar da ideia ser justa e emancipatória a escola junto com um setor da sociedade ainda pensa e age

impedindo que aconteça e por consequência disso a real universalização do ensino ainda demora para se concretizar.

O que realmente acontece é que toda ideia nova nasce e amadurece com o tempo a partir do fim de seus oponentes e gradual familiarização da ideia no seio das novas gerações. Neste sentido por mais que não seja conforme preconizada ela tem que continuar acontecendo quantitativamente para no futuro galgar saltos de qualidade.

A inclusão escolar de pessoas com NEE assim como a educação no campo de qualidade não é uma ideia falida, ou impossível de se alcançar, não devemos impedir sua existência e construção, pese todas as barreiras e dificuldades. Verificamos que a hegemonia ideológica que ao longo de décadas dominou a cultura nacional se configura no principal problema a se enfrentar, ela traz em seus aportes todo tipo de preconceito e intolerância a diversidade, no entanto, na mesma medida, quanto maior a opressão também maior o movimento social por emancipação e liberdade que luta para romper estas barreiras e transformar a realidade.

Apesar dos problemas diagnosticados começamos a visualizar questionamentos que se levados a cabo para devidos esclarecimento darão origem a propostas de trabalho inovadoras. A começar por nós que tínhamos uma visão negativa sobre a inclusão e no decorrer do trabalho através dos estudos realizados pudemos mudar de opinião. É necessário se aprofundar nos documentos teóricos existentes e olhar com cuidado as queixas, acima de tudo, para dentro de nós, a fim de perceber o que na verdade impede a realização do projeto de inclusão nas escolas principalmente do campo, se estamos tratando de barreiras políticas, materiais ou ideológicas que ao longo dos anos foram inculcadas nos sujeitos ativos da educação.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Diversidade. *In*: CALDART, R. S. (Org.) **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 229-236.

AVANSINI, Carolina. **Folha especial**: Paraná é o Estado com mais alunos em escolas especializadas. Junho 03,2017.

AZEVEDO, José Clovis de. Ciclos e Políticas Educacionais. Ciclos de Formação: uma escola é necessária e possível. *In*: KRUG, Andréa Rosana Fetzner. **A Construção de uma outra**

**Escola Possível.** 3. ed. Rio de Janeiro, Wak Editora, 2007. p. 13-30. (Coleção Ciclos em Revista).

BRAGA, Ana Regina Caminha. **Transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades.** - 1. ed. - Curitiba, PR : Iesde Brasil, 2017.

BRASIL. **A consolidação da inclusão escolar no Brasil:2003 a 2016.** Brasília:MEC:2016. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf>. Acesso em: 11 de agosto de 2018.

BRASIL/MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC; 2016. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 8 de nov. de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 4 de novembro de 2010.

CAIADO, Katia Regina Moreno; GONÇALVES, Taisa Grasiela Gomes Liduenha; SÁ, Michele Aparecida. **Linhas Críticas.** Educação escolar no campo: desafios à educação especial. Brasília, DF, v.22, n.48, p. 324-345, mai./ago. 2016.

CAIADO, Katia Regina Moreno; RABELO Lucélia Cardoso Cavalcante. **Revista Cocar:** Educação especial em escolas do campo:um estudo sobre o sistema municipal de ensino de Marabá PA. Belém, vol. 8, n.15, p. **63-71**/ Jan-Jul 2014

CARNEIRO, Relma Urel Carbone; PALMA, Debora Teresa;Carneiro **Educação especial no campo:** Atendimento educacional especializado em escolas do campo: desafios e perspectivas. In Kátia Regina Moreno Caiado. (org.) Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

CESAR, Maria Rita de Assis. **Formação docente para a diversidade:** O que São as Diretrizes de Gênero e Diversidade Sexual? In: Margarete Terezinha de Andrade Costa. - 1. ed. - Curitiba, PR : Iesde Brasil, 2016. p.55-57

COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. **Formação docente para a diversidade.** - 1. ed. - Curitiba, PR : Iesde Brasil, 2016.

FCV, Faculdade Cidade Verde. **Normas para elaboração do trabalho de conclusão de curso – TCC: modalidade de ensino a distância.** FCV: 2017.

KLEINA, Claudio; RODRIGUES, Karime Smaka Barbosa. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico.** 1. Ed. Curitiba, PR : IESDE Brasil, 2014. 188 p.

KUHN, Ernane Ribeiro. **A educação especial na educação do campo as configurações de uma escola da Rede Municipal do campo.** Universidade Federal de Santa Maria. Dissertação:2017.

LOMBARDI, Lucia Maria Salagado Santos; TORRES, Elisa Mariana. **Educação especial no campo:** Trabalho pedagógico em escola no campo: Estudo de uma criança com suspeita de autismo. In Kátia Regina Moreno Caiado. (org.) Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

MEC; SECADI; DPEE . **NOTA TÉCNICA Nº 04 / 2014:** Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar.2014. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br> Acesso em: 12 out. 2018.

NOZU, Washington Cesar Shoiti. BRUNO, Marilda Moraes Garcia. HEREDERO, Eladio Sebastian. **Interface Educação Especial – Educação do Campo: Diretrizes políticas e produção do conhecimento no Brasil.**

OLIVEIRA, Cassia Carolina Braz de. MANZINI, Eduardo José **3Rev. Bras. Ed. Esp.:** Caracterização do PAEE em uma SEM. Marília, v. 22, n. 4, p. 559-576, Out.-Dez., 2016.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da educação do campo.** Curitiba, 2006.

PEREIRA, Camila Casteliano. **Fundamentos da educação do campo.** - 1. ed. - Curitiba, PR : IESDE BRASIL S/A, 2016.

PEREIRA, Camila Casteliano. **Currículo e metodologia na educação do campo.** - 1. ed. - Curitiba, PR: IESDE BRASIL S/A, 2016b.

PEREIRA, Camila Casteliano. **Práticas pedagógicas da educação do campo.** - 1. ed. - Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2016c.

SIÉCOLA, Marcia. **Legislação educacional** . - 1. ed. - Curitiba, PR : IESDE Brasil, 2016. 196 p.

SILVA, João Henrique da. BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação:** Formação dos professores para as modalidades educação especial e educação indígena: espaços intersticiais. Porto Alegre: 2016, v. 39, n. 3, p. 327-333, set.-dez.